

FGV EESP GEOECONOMIA

CENTRO DE ESTUDOS DE GEOECONOMIA DO COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS NO REFERENCIAL DA GEOECONOMIA

Coordenação: Vera Thorstensen

(por ordem de apresentação)

**Mauro Kiithi Arima Júnior
Magali Favaretto Prieto Fernandes
Catherine Rebouças Mota
Alexandre Ramos Coelho
Vera Kanas
Anna Cortellini**

JANEIRO DE 2025

FGV EESP GEOECONOMIA

CENTRO DE ESTUDOS DE GEOECONOMIA DO COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

DECLARAÇÃO DE POSICIONAMENTO DO CENTRO

OBJETIVOS

Diante das profundas transformações do cenário atual, o CCGI – Centro de Estudos do Comércio Global e Investimentos da EESP FGV é reformulado para FGV EESP GEOECONOMIA – Centro de Estudos de Geoeconomia do Comércio e Investimentos.

As pesquisas sobre regulação do comércio e investimentos, foco do Centro, desde a sua fundação, passam a incorporar o novo referencial analítico da Geoeconomia, atualizando suas premissas, agora alicerçadas nos pilares de uma nova ordem internacional.

Os principais temas de análise da moderna Geoeconomia estão sintetizados nas páginas do presente texto, bem como as novas áreas de interesse e investigação do Centro: comércio internacional e investimentos e temas relacionados - finanças, novas tecnologias e meio ambiente.

Os conceitos propostos pelo referencial geoeconômico permitem o exame da evolução das políticas comerciais dos principais parceiros internacionais do Brasil, principalmente dos grandes atores do jogo geoeconômico: Estados Unidos (EUA), China e União Europeia (UE), bem como de outros atores como Índia e África do Sul, procurando melhor compreensão dos impactos sobre o Brasil. Sob essa ótica, discute-se a resiliência à estabilidade do sistema multilateral de comércio, fundamental às atividades de um país como o Brasil. Permite-se avaliar a profundidade da crise da OMC e a necessidade dos países médios se mobilizarem para a sua reforma e fortalecimento, em um contexto multipolar. Examina-se o papel das organizações internacionais como FMI e OCDE, bem como as iniciativas conjuntas de G20, G7 e BRICS+.

Coordenação: Vera Thorstensen

Janeiro de 2025

GRUPO DE ESTUDO DE GEOECONOMIA

Pesquisadores

Coordenação: Vera Thorstensen

(por ordem de apresentação)

Mauro Kiithi Arima Júnior

Magali Favaretto Prieto Fernandes

Catherine Rebouças Mota

Alexandre Ramos Coelho

Vera Kanas

Anna Cortellini

Edição: Catherine Rebouças Mota

SUMÁRIO

1. GEOECONOMIA: NOVO REFERENCIAL DE ANÁLISE	5
1.1 Introdução	5
1.2 Instrumentos da geoeconomia	8
1.3 Setores afetados	8
1.4 Efeitos sobre o Brasil.....	9
1.5 Impactos da Geoeconomia sobre a OMC	9
1.6 Objetivos do presente trabalho	10
1.7 Conclusões.....	11
REFERÊNCIAIS	13
2. GEOECONOMIA: ECONOMIA, DIREITO E DIPLOMACIA EM PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR.....	14
2.1 Introdução: Histórico de um conceito	14
2.2 A geoeconomia e o sistema multilateral de comércio	17
2.3 Do que trata a geoeconomia?.....	20
2.4 Conclusões.....	23
REFERÊNCIAS	23
3. GEOECONOMIA: CONCEITOS, INSTRUMENTOS E ATORES DA NOVA ORDEM ECONÔMICA	25
3.1 Introdução	25
3.2 Nova Ordem Econômica e de Segurança	26
3.3 Instrumentos de Ação do Poder Geoeconômico	28
Políticas Comerciais	28
Sanções e Coerções Econômicas.....	29
Políticas de Investimentos	30
Cibersegurança	31
Assistência econômica.....	32
Política financeira e monetária	33
Energia e commodities	34
3.4 Guerras comerciais, tecnológicas e novas configurações.....	34
Rivalidade EUA – China	34
União Europeia entre Estados Unidos e China.....	35
A Estratégia de Autossuficiência Tecnológica da China	36
A Reconfiguração das Cadeias de Suprimento.....	36
Corrida por Recursos Naturais e Disputas de Energia	37
3.5 A China e os <i>middle states</i> como atores da Geoeconomia na ordem global	38
O papel da China	38
O papel da Índia.....	40

O papel do Brasil	41
3.6 Desafios e Oportunidades na Era Geoeconômica.....	42
3.6 Conclusões.....	44
REFERÊNCIAS	44
4. GEOECONOMIA: ESTRATÉGIAS DAS CORPORAÇÕES NA NOVA ORDEM ECONÔMICA	47
4.1 Introdução: Geoeconomia e análise de riscos geopolíticos no mundo corporativo	47
4.2. Como a geoeconomia afeta as empresas	49
4.3 O papel ativo das empresas na Geoeconomia	51
Riscos associados a instrumentos geoeconômicos	53
Aspectos a serem examinados na análise de risco.....	54
4.4 Casos de riscos geopolíticos e geoeconômicos enfrentados pelas empresas.....	54
Mudanças Climáticas e transição para economias verdes	55
Inovações tecnológicas nas estratégias empresariais.....	57
4.5 Geoeconomia: uma metodologia de avaliação de riscos para as empresas	59
Riscos geoeconômicos e atuação corporativa	59
4.6 Conclusões.....	64
REFERÊNCIAS	64

1. GEOECONOMIA: NOVO REFERENCIAL DE ANÁLISE

Vera Thorstensen¹

Centro de Estudos de Geoeconomia do Comércio e Investimentos
EESP-FGV

1.1 Introdução

Geoeconomia emerge como novo referencial analítico para se estudar as complexidades do mundo atual. Procura examinar a dinâmica da interrelação entre Economia Internacional, Direito Internacional e Relações Internacionais, com o objetivo de melhor entender as múltiplas crises que geraram a multipolaridade do contexto internacional.

Em síntese, geoeconomia analisa o uso de instrumentos de comércio e investimentos internacionais, bem como das finanças internacionais, como meio para a defesa ou promoção de interesses nacionais atrelados à obtenção de objetivos geopolíticos.

Os principais atores desse grande jogo internacional são Estados Unidos e China. Alianças compõem o cenário: *Global West* (EUA, Europa e aliados) contra o *Global East* (China, Rússia e aliados). Países emergentes em desenvolvimento, com interesses difusos se agrupam em diferentes geometrias, flexíveis e instáveis, com denominações que variam de *Global South*, *Middle Powers* ou *Global Rest* (Índia, África do Sul, Indonésia, Turquia). Os grandes lances desse jogo podem ser traçados desde as crises econômicas do final dos anos 1990 e primeira década dos anos 2000, com a integração da China ao sistema multilateral de comércio e sua emergência como potência econômica e militar.

A disputa entre as duas potências, EUA e China, foi um dos fatores da fragmentação do sistema econômico multilateral, construído ao longo dos últimos 70 anos, sob liderança dos Estados Unidos e aliados. As organizações internacionais criadas para construir uma governança global mais equitativa foram perdendo espaço e atualmente sobrevivem enfrentando profundas crises de identidade. O sistema multilateral, desenvolvido ao longo de sete décadas, a partir de princípios, instrumentos, regras internacionais e mecanismo de solução de conflitos, permitiu o crescimento econômico acelerado dos anos 2000, mas atualmente enfrenta sérios desafios. As crises financeiras, a pandemia e as guerras na Europa e no Oriente Médio, às quais se adiciona a dificuldade de cooperação nas áreas de economia digital e mudanças climáticas, além da concentração de riquezas em poucos países, demonstram a fragilidade da construção da ordem internacional e desafiam a arquitetura de todo o sistema.

¹ Professora da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Coordenadora do FGV-EESP Geoeconomia. Foi a criadora e coordenadora do CCGI Centro de Comércio Global e Investimentos desde 2010. Coordenadora da Cátedra OMC no Brasil. Foi *Chair* da *Task Force Trade and Investment* do T20, grupo de engajamento do G20 em 2024. É membro do Executive Committee da SIEL – Society on International Economic Law.

Os objetivos de busca de poder e de riquezas da geopolítica tradicional, baseados em conquistas territoriais e na força das armas agora são também obtidos por meio de instrumentos econômicos do comércio e investimentos ou das finanças. Tais instrumentos podem ser usados tanto para a cooperação quanto para a coerção sobre os demais parceiros, e podem trazer resultados tão eficientes quanto os das armas, sejam elas tradicionais ou tecnológicas. Mas as consequências podem ser danosas para o sistema multilateral.

O uso estratégico de instrumentos econômicos e financeiros para promover interesses geopolíticos ganha centralidade, evidenciando como os ganhos econômicos tornam-se instrumentos de poder e influência no contexto internacional, como proposto pela nova governança econômica ou *economic statecraft*.

O termo geoeconomia não é novo. Autores como Luttwak e Blackwill nos Estados Unidos e como Baracuh e Choer de Moraes no Brasil já ressaltaram a crescente importância da geoeconomia. Após o fim da Guerra Fria, o termo geoeconomia começou a substituir o uso tradicional do conceito de geopolítica, baseado na força militar, como principal mecanismo de poder e coerção.

A transformação da ordem econômica mundial foi acelerada por eventos marcantes, como a crise financeira de 2008, a pandemia de COVID-19 e as tensões comerciais entre grandes potências, principalmente os Estados Unidos e a China. Disputas geopolíticas entre Rússia e Ucrânia e entre Israel e Irã ampliaram o quadro de incertezas. Esse contexto trouxe à tona um novo conceito na discussão econômica, o de segurança econômica internacional. Diferente da segurança militar, a segurança econômica é mais ampla, envolvendo saúde, alimentação e objetivos sociais, além de avanços na economia digital. A crescente "securitização" das políticas econômicas, as facilidades dos transportes, de comunicação e processamento de dados transformaram a interdependência econômica global em uma poderosa ferramenta de influência com o poder de alterar as dinâmicas de cooperação e competição entre os Estados. As políticas econômicas globais passaram a ser moldadas por rivalidades geoeconômicas e políticas de autossuficiência tecnológica. A competição estratégica entre Estados Unidos e China desencadeiam disputa mais ampla, com contornos indefinidos, evidenciando a corrida pela independência econômica e tecnológica entre Ocidente e Oriente. A dimensão ambiental transformou-se em instrumento de cooperação, mas também de protecionismo entre os países. Da mesma forma, as medidas adotadas sob argumento de preservação de segurança nacional.

A fragmentação das cadeias globais de valor e a regionalização do comércio são reflexos diretos da competição entre superpotências. A guerra tecnológica no contexto atual, exemplificada principalmente pela disputa no setor de semicondutores entre os Estados Unidos e a China, ilustra a importância da geoeconomia no planejamento estratégico de nações e empresas. Nesse contexto, emergem ideias e conceitos com profundos impactos na economia, como o *decoupling* nos Estados Unidos contra a China e o *derisking* na Europa com relação à Rússia e China. A consequência se reflete na alteração ou mesmo quebra das cadeias globais de valor e na estratégia de *nearshoring* para descrever as novas alianças regulatórias que facilitam o comércio e a produção e o investimento entre países entre países ditos aliados.

Nesse cenário, mesmo nos países que seguem o modelo do neoliberalismo, as exigências de segurança econômica incentivam o Estado a assumir papel mais atuante na economia,

como elemento catalizador do desenvolvimento de novas capacidades (*capabilities*) necessárias à criação de ativos considerados estratégicos, em estreita parceria com o setor privado. Os ditames da segurança econômica impõem a entrada do Estado e o retorno de políticas industriais por meio de parcerias e vultosos subsídios.

A partir das lentes da geoeconomia, o quadro de insegurança atual, gerado pelas sucessivas crises mundiais, passou a exigir que o Estado assumisse papel mais proativo para enfrentar novos desafios. São exemplos: a constatação de que os governos, durante a pandemia, mostraram debilidade frente à dependência de produtos médicos importados da China; a experiência com escassez de insumos produtivos levando à substituição de importações; a constatação de que o enfrentamento da crise climática exige uma transição energética por meio de fontes menos dependentes do petróleo, com produtos que utilizem energia renovável; o desenvolvimento de novas tecnologias que requerem uso de minerais críticos ainda dependentes da China; a constatação de que a China está se firmando como potência militar com produtos mais avançados que os dos EUA. Todos esses elementos levam as grandes potências a repensarem suas estratégias econômicas e de segurança.

Com a lógica do imperativo da segurança econômica e a revisão do papel do Estado, os governos passam a considerar o fortalecimento de certos ativos estratégicos como fundamentais. Tais ativos englobam infraestrutura para o desenvolvimento de centros de inovação tecnológica e desenvolvimento, bem como capacidade de produção para bens e serviços considerados estratégicos. Na lógica atual, cadeias globais deram lugar à necessidade da retomada da produção nacional ou à coordenação de países que partilhem os mesmos interesses. Esse quadro explica boa parte da guerra tecnológica entre China e EUA, focada especialmente em chips e semicondutores, bem como os vultosos subsídios a implantação ou para realocização de unidades produtivas para México ou Vietnã.

A grande questão é como definir o que é um produto ou serviço considerado como bem de segurança nacional para cada país, ou seja, o que deve ser produzido ou prestado em território nacional ou adquirido de parceiros confiáveis, de modo a permitir a elaboração de políticas e instrumentos de apoio para as novas políticas industriais. Setores industriais e de geração de tecnologia passam a receber atenção especial do Estado com a elaboração e execução de políticas públicas especiais. O Estado define áreas que possam ser críticas e elabora políticas específicas para o fortalecimento dessas áreas.

Assim, na lógica da geoeconomia, o Estado intervém nas áreas consideradas estratégicas em termos de segurança econômica para os interesses nacionais: certos bens e serviços, economia digital (Internet das Coisas e Inteligência Artificial), farmacêutica, minerais críticos, energia e todo o complexo de defesa.

A atuação dos Estados se concretiza por meio de incentivos e financiamentos, além de subsídios à implantação de unidades produtivas. Outras medidas são efetuadas com o controle de importações de bens ou serviços ou de exportações de produtos sensíveis para a segurança do país exportador. Mais ainda, a criação de medidas de controle de capitais via investimentos, com o objetivo de impedir a aquisição de participação acionária por países considerados concorrentes ou inimigos por meio de regulação, criação de agências de avaliação e triagem de investimentos ou *screening*.

A multiplicidade de intervenções – explícitas ou dissimuladas – de políticas públicas não é, contudo, suficiente para lidar com as diversas dimensões envolvidas. A efetividade da

ação do Estado passa a depender da atuação das empresas, de modo convergente às políticas adotadas. Nesse sentido, a geoeconomia tem que considerar, além dos interesses dos diversos países, também os interesses das grandes empresas com operação nacional ou em outras regiões, como condição básica para se entender boa parte das posições adotadas pelos diversos governos no cenário internacional.

A partir dessa abordagem multidisciplinar, a geoeconomia se estabelece como referencial prioritário para se compreender as dinâmicas de poder e a nova ordem econômica mundial.

1.2 Instrumentos da geoeconomia

Os principais instrumentos analisados pela geoeconomia permitem identificar efeitos positivos e negativos e devem cobrir diferentes setores. Podem afetar países, empresas ou indivíduos. São eles:

- Comércio: elevação de tarifas, restrições a exportações ou importações, estabelecimento de quotas, medidas (*measures*) e normas (*standards*) técnicas, sanitárias, fitossanitárias ou ambientais, subsídios para alavancar novos setores, regras de origem, conteúdo local, compras governamentais ou sanções por meio de regulação interna, regulação de serviços e de propriedade intelectual. Participação ou não em acordos preferenciais de comércio tipo de regulação negociada.
- Finanças: investimentos condicionados, controle de origem dos investimentos (*screening*), empréstimos subsidiados, doações, contribuições ou perdão de dívidas, restrições ao fluxo de capitais ou ao controle de capitais, taxas de câmbio, venda de títulos ou ativos, transferências financeiras (*Swift*) ou sanções financeiras.
- Assistência econômica: condicionamento de doações, ajuda alimentar ou sanitária, direitos humanos, exigências ambientais, regras sobre emissão de carbono ou sobre direito dos trabalhadores. Regras para remessas de divisas, grau de condicionalidade nas atividades de cooperação
- Tecnologias de ponta: incentivos ou restrições ao desenvolvimento ou ao uso de novas tecnologias, plataformas digitais, chips e semicondutores mais avançados, inteligência artificial, cibersegurança, além de restrições à proteção da propriedade intelectual (patentes e direitos autorais).

1.3 Setores afetados

O uso de instrumentos geoeconômicos pode impactar diferentes setores da economia. Os mais sensíveis seriam:

- . fontes convencionais e renováveis de energia
- . semicondutores
- . tratamento de dados
- . cibernética e cibersegurança
- . extração de minérios e produção de metais convencionais e críticos
- . produção de commodities

- . máquinas e equipamentos
- . farmacêutica e química
- . automobilístico e de aeronaves

1.4 Efeitos sobre o Brasil

O Brasil não se posiciona como um grande parceiro (*big player*) do jogo geoeconômico. Tem limitado poder econômico para atuar fora de suas fronteiras e se colocar dentre os principais jogadores internacionais. No entanto, como um parceiro médio (*middle power*), apresenta ativos importantes em algumas áreas e pode exercer relativo poder de barganha, como na agricultura, meio ambiente, energia e mineração.

No cenário atual, além dos Estados, são também as grandes empresas que desempenham papel de destaque contexto internacional. Os desafios passam a ser enfrentados em conjunto não só por governos, mas também por empresas e associações. É então relevante analisar os impactos da geoeconomia não só sobre políticas industriais, mas sobre setores da sua economia. As políticas econômicas serão cada vez mais influenciadas pelas decisões dos grandes atores internacionais, e terão consequências nas atividades desempenhadas por cada empresas em cada setor em foco. E, mais importante ainda, as empresas terão que analisar as ações implementadas na área internacional, no seu país de operação e nos países onde atuam, bem como às reações de outros países e empresas, antes de decidirem pelas estratégias a seguir. Equipes de análise de risco político e risco geoeconômico passam a exercer papel de destaque nas decisões.

1.5 Impactos da Geoeconomia sobre a OMC

O uso dos instrumentos do comércio e investimentos, bem como das finanças com objetivos geopolíticos, praticado por EUA e UE de um lado e China de outro, representa sério risco à sobrevivência do sistema multilateral de comércio centrado na Organização Mundial do Comércio (OMC) e em seus Acordos. Tal uso abala os princípios basilares do sistema: o cumprimento de regras e a não-discriminação entre países. Estruturado como um sistema de negociação recíprocas de regulações sob supervisão de pares e submetido a mecanismo de solução de conflitos, o então Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT - *General Agreement on Tariffs and Trade*) e agora OMC foram responsáveis pelo significativo crescimento do comércio e investimentos internacionais, nos últimos 70 anos, bem como pelo desenvolvimento econômico de muitos países.

No contexto atual, a multiplicação de exceções às regras dos acordos multilaterais e imposições unilaterais de medidas comerciais, por alguns países, podem conduzir à não-observância dos princípios básicos do sistema, e por consequência, ao progressivo enfraquecimento de todo o regime multilateral.

Pode-se antever que a guerra comercial que se avizinha entre *Global West* contra a *Global East* trará sérios prejuízos para todo o *Global Rest*. O Brasil, como integrante relevante do grupo de países médios ou emergentes, tem papel fundamental a realizar. O Brasil pode liderar os países *Middle Players* a reformarem e reposicionarem a OMC como foco central do comércio internacional. O Brasil, dado seu histórico nas negociações passadas, pode exercer papel de destaque na recriação da OMC para um novo sistema internacional.

1.6 Objetivos do presente trabalho

Os objetivos do presente estudo são de oferecer aos interessados uma visão geral da geoeconomia como campo de estudo; apresentar um quadro teórico com perspectiva histórica de como o conceito de geoeconomia e suas interpretações se desenvolveu, bem como possibilitar algumas inferências sobre a maneira como a utilização de instrumentos de geoeconomia pode afetar as políticas econômicas do Brasil, além das atividades das empresas.

O objetivo deste trabalho é desvendar a nova realidade internacional sob a ótica da geoeconomia, ressaltando sua relevância e sistematizando seus conceitos, de uma forma didática, uma vez que, claramente, esses são conceitos ainda em construção.

O trabalho está dividido em três grandes capítulos, considerados essenciais a uma compreensão preliminar da geoeconomia. São abordadas as principais ideias desenvolvidas ao longo de relevantes períodos históricos, os principais autores e correntes de pensamento, além de novas configurações de poder político e a influência econômica e geográfica que se desenham em nosso tempo.

O segundo capítulo, intitulado **Geoeconomia: economia, direito e diplomacia em perspectiva multidisciplinar**, aborda a evolução do conceito de geoeconomia, que surge na interseção entre economia e geopolítica para fins estratégicos dos Estados. O capítulo inicia explorando a relevância crescente da geoeconomia em um mundo multipolar, destacando como o poder econômico passou a ser utilizado para promover interesses políticos e estratégicos. Em seguida, a análise histórica, baseada nos estudos do diplomata Braz Baracuhy, traça o desenvolvimento da disciplina através de três gerações de autores, desde os clássicos da geopolítica até a consolidação da geoeconomia no pós-Guerra Fria.

Adicionalmente, discute-se como a geoeconomia, proposta por Luttwak, estrategista americano, emergiu como uma resposta à substituição do uso da força militar por ferramentas econômicas, enfatizando a competição econômica e o uso de instrumentos como sanções e políticas comerciais para alcançar objetivos geopolíticos. Autores como Blackwill e Harris dos Estados Unidos e Choer Moraes, diplomata brasileiro, contribuem para essa análise, destacando o declínio da ordem liberal e o surgimento de uma nova ordem geoeconômica, na qual os ganhos relativos e a competição econômica entre Estados se tornam fundamentais. Por fim, o capítulo conclui com a apresentação abrangente de vários temas abordados na geoeconômica contemporânea.

O terceiro capítulo do trabalho, intitulado, **Geoeconomia – conceitos, instrumentos e atores da nova ordem econômica** explora as profundas transformações da ordem econômica global, impulsionadas por eventos como a crise financeira de 2008, a guerra comercial entre EUA e China, e a pandemia de COVID-19. A crescente rivalidade entre EUA, China e UE molda o cenário atual, caracterizado por disputas comerciais e tecnológicas intensas, especialmente no setor de semicondutores. O conceito de 'interdependência armada' ilustra como essas potências utilizam redes econômicas globais para obter vantagens geopolíticas.

Neste contexto, a China, por meio de sua estratégia de autossuficiência tecnológica e a abrangente Iniciativa de Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative-BRI*), expande sua influência, especialmente no Sul Global. Essa abordagem geoeconômica chinesa gera

tanto oportunidades quanto desafios, como evidenciado pelo 'fenômeno da armadilha da dívida' em países menos desenvolvidos. O tópico aborda políticas de controle de exportação, reconfiguração das cadeias de suprimento e controle sobre investimentos estrangeiros. Destaca-se que, apesar da crescente competição, ainda há espaço para cooperação em questões globais, como segurança energética e mudanças climáticas, que requerem esforços coletivos.

O quarto capítulo, intitulado **Goeconomia – estratégia das corporações na nova ordem econômica**, analisa como a instrumentalização da economia para fins geopolíticos está transformando as relações entre Estados e empresas em um cenário de fragmentação econômica e tecnológica. A expressão cunhada pelo mercado como de "clubes" e "cercas", por exemplo, descreve como novas alianças regulatórias facilitam negócios entre países com regulamentações alinhadas ou convergentes, enquanto barreiras dificultam a interação entre nações com rivalidades geopolíticas. O tópico apresenta a percepção de risco geoeconômico tanto sob a perspectiva estatal quanto corporativa, bem como aborda os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas e à transição para economias verdes, destacando o papel estratégico das energias renováveis e matérias-primas críticas. Discute, ainda, como inovações tecnológicas, como a cibersegurança e a goeconomia de dados, são essenciais para proteger infraestruturas críticas e garantir a competitividade no cenário global.

1.7 Conclusões

No presente momento, o Brasil e as empresas brasileiras já estão enfrentando sérios desafios com a utilização da lógica da geoeconômica no mundo atual.

O Brasil certamente não será um grande *player* no jogo global da goeconomia. Mas será impactado por políticas praticadas pelos grandes parceiros e terá que responder com políticas apropriadas que amenizem os resultados negativos para a sua economia. Mais além, o uso de instrumentos econômicos por outros países afetará diretamente as atividades das empresas no Brasil obrigando a adoção de novas estratégias de exportações e de importações.

Diante dessa análise, ressalta-se a necessidade de se refletir sobre o sistema multilateral de comércio a partir da lógica atual da goeconomia, que já está transformando a regulação e suas bases econômicas e de direito internacional e que, certamente, orientará políticas industriais, de comércio internacional, de investimentos internacionais, e das relações econômicas entre os parceiros internacionais pelos próximos anos.

Goeconomia, no momento presente, é o novo referencial analítico para se examinar os impactos econômicos das grandes transformações do mundo atual, envolvendo as áreas da Economia, do Direito e das Relações Internacionais.

Fatos evidenciam que a governança global atravessa múltiplas crises: guerras, invasões, epidemias, catástrofes climáticas, ataques cibernéticos, endividamentos crescentes, dívidas crescentes, desigualdade social, só para alinhar alguns deles.

O modelo econômico consolidado depois da Segunda Guerra Mundial, liderado pelos EUA e aliados, aponta sérias fissuras. O multilateralismo criado como base da governança econômica, centrado em organizações internacionais como Nações Unidas, Fundo

Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial de Comércio, também está em crise.

As bases do modelo então defendido, de economia de mercado e do neoliberalismo, passaram a ser questionadas pelos próprios fundadores do sistema. A lógica que norteou o sistema multilateral do comércio e investimentos, refletido nas regras de liberalização de comércio de bens e serviços, investimento diretos e não discriminação entre países atingiu seu limite, e com ele, o modelo das grandes cadeias globais. O sistema baseado em regras do Direito Internacional Econômico também apresenta fraturas. A liberalização dos mercados deu lugar ao neoprotecionismo, aos largos subsídios, e à intervenção do Estado em setores específicos, principalmente os considerados de segurança nacional.

Em síntese, o mundo atual necessita de um novo referencial analítico que permita a reconstrução de um paradigma para o entendimento das macrotendências econômicas e políticas. Esse é o papel da Geoeconomia.

Desde 2015, estudiosos de diversas áreas começaram a oferecer um novo modelo de análise que permitisse visão mais ampla de uma lógica que explicasse os fatos que contestavam a ordem econômica mundial existente. A contrapor a lógica da geopolítica clássica apresentaram a lógica da geoeconomia.

Diante do novo referencial analítico, o Centro de Estudos de Geoeconomia do Comércio e Investimentos da EESP FGV tem como objetivo realizar pesquisas sobre políticas e regulação do comércio internacional, agora sob o referencial da moderna geoeconomia.

A intenção é a de orientar suas atividades para a nova realidade do mundo atual, redirecionando a área de pesquisa, cursos, palestras, publicações e atuação em eventos para a leitura mais detalhada das ações e políticas do comércio internacional e investimentos. A análise que se propõe inclui o sistema de regulação tradicional de comércio e investimento da OMC, da OCDE e do FMI, bem como a nova regulação do comércio sob a perspectiva da lógica da Geoeconomia.

Diante da realidade do mundo atual, o Centro pretende assumir papel de relevo no Brasil como um centro de pesquisa mais crítico, no âmbito da lógica geoeconômica, sobre a políticas e a regulação de comércio e investimentos dos principais parceiros internacionais do Brasil, dentre eles EUA, UE e China e de como elas afetam as políticas e atividades do Brasil.

O foco central será o de defender o fortalecimento das regras basilares do sistema multilateral incluindo OMC e acordos preferenciais, mas permitindo a flexibilização dos instrumentos, impedindo a ruptura do sistema. A destruição do sistema multilateral de regras de comércio e investimentos poderá ter efeitos devastadores tanto para países desenvolvidos como para os em desenvolvimento, como evidenciado por estudos recentes da OMC, FMI e OCDE.

Ênfase deverá ser dada à análise dos impactos regulatórios e econômicos da lógica geoeconômica para o Brasil, seus efeitos sobre a OMC, o Mercosul, BRICS+ e G20. A proposta do Centro inclui a elaboração de estudos e sugestão de políticas de comércio e investimento para o Brasil, bem como para as atividades das empresas, e de como ambos poderão enfrentar os novos desafios.

Os Grupos de Estudos do Centro estarão abertos a todos os estudiosos interessados em geoeconomia.

Todos serão bem-vindos!

REFERÊNCIAS

BARACUHY, Braz. Geoeconomia: a lógica geopolítica no comércio mundial. **Revista de Política Externa**, São Paulo, v.24, n 1, jul/dez 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/319905729/BARACUHY-Geoeconomia-A-Logica-Geopolitica-No-Comercio-Mundial-Politica-Externa>

BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

LUTWAK, Edward. From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce. **The National Interest**, n. 20, p. 17-23, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42894676>

ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. Toward a Geoeconomic Order, **Journal of International Economic Law**, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

OXFORD HANDBOOK ON GEOECONOMICS AND ECONOMIC STATECRAFT – Aggarwal Vinod; Tai Ming Cheung (eds); February 2024. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/56064>

WIGELL, Mikael, et al. Navigating geoeconomic risks: towards an international business risk and resilience monitor. **Finnish Institute of International Affairs**, November 2022. Disponível em: <https://www.fia.fi/en/publication/navigating-geoeconomic-risks>

WIGELL, Mikael, et al. **Geo-Economics and Power Politics in the 21st Century The Revival of Economic Statecraft**, Routledge, 2019.

2. GEOECONOMIA: ECONOMIA, DIREITO E DIPLOMACIA EM PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR

Mauro Kiithi Arima Júnior²
Magali Favaretto Prieto Fernandes³

2.1 Introdução: Histórico de um conceito

Goeconomia, dentre suas diferentes definições, pode ser entendida como a área de interseção entre a economia e a geopolítica, com o objetivo de atender a interesses estratégicos de Estados. Como campo de estudo, a goeconomia analisa como os países utilizam instrumentos econômicos para alcançar metas políticas e estratégicas no cenário internacional. Para alguns autores, a goeconomia também abrange, inversamente, situações em que instrumentos políticos são empregados para atingir objetivos econômicos.

O conceito de goeconomia vem retomando relevância em um contexto internacional multipolar, onde as forças econômicas são frequentemente utilizadas como instrumentos de poder. Há, portanto, uma correlação positiva entre o poder analítico-explicativo da goeconomia e as mudanças no cenário internacional, que se direciona a uma ordem baseada em prioridades estratégicas e cada vez mais distanciada dos preceitos econômicos liberais que predominaram no século XX.

Oferecendo uma perspectiva histórica sobre a goeconomia, Braz Baracuh⁴, diplomata e acadêmico brasileiro, cujos trabalhos se concentram na interseção de geopolítica e comércio, além da diplomacia econômica, explica que há relação direta entre goeconomia e geopolítica, sendo que esta última precede a primeira temporalmente. A geopolítica refere-se ao estudo da configuração de poder no sistema internacional e suas implicações para a competição política global e à organização estratégica do espaço mundial. A goeconomia, por sua vez, trataria do poder econômico internacional e das interações entre as dimensões econômica e política, bem como das implicações para a competição geoestratégica entre os principais atores econômicos internacionais. O componente econômico, ainda que subordinado ao político, constitui o traço distintivo fundamental entre geopolítica e goeconomia.

Braz Baracuh faz uma análise abrangente, empregando o termo “goeconomia” em dois sentidos na estratégia de política externa: o uso do poder econômico para alcançar poder e influência geopolítica, e o uso do poder geopolítico para atingir objetivos de poder e

² Doutor em direito internacional pela Universidade de São Paulo, foi pesquisador do CCGI-FGV. É professor convidado da EAESP – FGV. É Assessor Internacional do Governo do Estado de São Paulo.

³ Doutora em Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV Direito SP) e LL.M. em International Legal Studies, pela Washington College of Law, American University, Washington, DC. Pesquisadora do Centro de Estudos de Comércio Global e Investimentos (CCGI), vinculado à Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Direito Global (CPDG) da FGV Direito Rio.

⁴ BARACUHY, Braz. Goeconomia: a lógica geopolítica no comércio mundial. **Revista de Política Externa**, São Paulo, v.24, n. 1, jul/dez 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/319905729/BARACUHY-Goeconomia-A-Logica-Geopolitica-No-Comercio-Mundial-Politica-Externa>

influência econômica. Arremata afirmando que a geoeconomia “é um tipo especial de competição geopolítica”⁵.

Em um estudo introdutório da geoeconomia, é essencial distinguir a definição formal do conceito de geoeconomia das ideias que o fundamentam. Baracuhy observa que, embora o termo tenha sido cunhado em 1990, suas ideias já estavam presentes em trabalhos anteriores. Acadêmicos associados à escola realista das Relações Internacionais, como Morgenthau, Waltz, Mearsheimer, além da Economia Política Internacional, como Gilpin, conceberam a dinâmica do sistema internacional centrada no conceito de poder, e já adotavam aspectos da abordagem geoeconômica.

Baracuhy, de forma didática, divide os autores de geoeconomia em três gerações.

A primeira geração inclui alguns dos autores clássicos de geopolítica, como Halford Mackinder, James Fairgieve, Albert O. Hirshman e George Kennan. Mackinder, biógrafo britânico, cunhou o conceito de *Heartland*, atribuído à região central da Eurásia, como região crítica para as dinâmicas de poder globais. De acordo com Mackinder, o controle sobre essa área permitiria o domínio do mundo devido à sua posição central e ao acesso tanto à Europa quanto à Ásia. A famosa premissa de Mackinder é resumida em sua frase: "Quem controla a Europa Oriental comanda o Heartland; quem controla o Heartland comanda o mundo."

Tanto Mackinder quanto Fairgieve acreditavam que o controle do *Heartland* levaria à superação do poder britânico, que, por oposição, se baseava no controle naval dos oceanos. Hirshman, economista e cientista social alemão⁶, por sua vez, enfatizou o uso de instrumentos comerciais pela Alemanha nazista para conquistar territórios e expandir zonas de influência, em detrimento de potências como Inglaterra e França. Por fim, Kennan, diplomata, historiador e acadêmico norte-americano, conhecido como um dos principais formuladores da política externa dos Estados Unidos, influenciou a arquitetura econômica do pós-Segunda Guerra Mundial e a política de contenção adotada pelos Estados Unidos contra a União Soviética⁷. Kennan estruturou, por meio de instrumentos econômicos, estratégias para conter a influência soviética e comunista no período pós-guerra. Esses instrumentos tinham funções interligadas: aumentar os ganhos econômicos dos EUA, manter e expandir sua zona de influência, e conter a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o comunismo.

A segunda geração de autores de geoeconomia, cujos trabalhos foram publicados nas décadas de 1970 e 1980, foi fortemente influenciada pelo contexto da Guerra Fria. Esses

⁵ BARACUHY, Braz. Geoeconomia: a lógica geopolítica no comércio mundial. **Revista de Política Externa**, São Paulo, v.24, n. 1, jul/dez 2015, p.94. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/319905729/BARACUHY-Geoeconomia-A-Logica-Geopolitica-No-Comercio-Mundial-Politica-Externa>

⁶ Hirshman ficou reconhecido por sua visão crítica das teorias econômicas convencionais e por promover a importância do contexto na tomada de decisões econômicas. Hirschman analisou os sucessos e fracassos de projetos de desenvolvimento. Em seu reconhecido conceito de "Exit, Voice, and Loyalty", ele explorou como os indivíduos respondem à insatisfação dentro de organizações e sistemas políticos, enfatizando o papel da criatividade e a imprevisibilidade dos resultados sociais e econômicos, e defendendo uma compreensão mais sutil do desenvolvimento e do progresso

⁷ Kennan delineou a ameaça soviética e a necessidade de enfrentá-la, formando a base da política externa dos EUA durante a Guerra Fria. Trabalhos posteriores de Kennan, incluindo "American Diplomacy", defendiam uma abordagem mais sutil nas relações internacionais, enfatizando a diplomacia, a compreensão e o engajamento cultural em vez da confrontação militar.

autores reagiram à aparente vantagem geopolítica da União Soviética sobre os Estados Unidos, refletida na influência do comunismo no processo de descolonização africana e no resultado desfavorável da Guerra do Vietnã. Essa geração inclui pensadores que combinam a visão econômica liberal com aspectos de distribuição e disputa pelo poder mundial.

Robert Keohane e Joseph Nye, que mais tarde se tornariam referências da corrente Institucionalista das Relações Internacionais, são classificados como integrantes dessa segunda geração. Keohane e Nye, proeminentes professores de Relações Internacionais e Ciência Política nas Universidades de Princeton e Harvard, respectivamente, criaram os conceitos de "Interdependência Complexa", "Poder Multidimensional" e "Soft Power". Segundo esses autores, Estados são interdependentes em várias esferas, incluindo comércio, finanças, meio ambiente e segurança. Essa perspectiva ajuda a entender como as economias e políticas de diferentes países estão ligadas, influenciando suas decisões e comportamentos. Por meio da ideia de "poder multidimensional", ambos desafiaram a noção tradicional de poder, sugerindo que o poder não é apenas militar ou coercitivo, mas também econômico e sistêmico. Tal noção trouxe renovada compreensão sobre como influenciar e ser influenciado em um contexto global. Nye, em particular, popularizou o conceito de "*soft power*," que se refere à capacidade do país de influenciar outros mediante atração e persuasão, em vez da força militar ou econômica, expandindo o entendimento de como os estados podem exercer influência no cenário global. Keohane e Nye analisaram como as relações econômicas são cruciais à estabilidade e à paz globais, assim como a importância das instituições internacionais na promoção da cooperação entre estados interdependentes, trazendo à tona questões como comércio, investimentos e acordos multilaterais. Essas contribuições moldaram a compreensão da economia e política internacionais e ajudaram a formar o pensamento geoeconômico contemporâneo.

A terceira geração coincide com o fim da Guerra Fria, o colapso do equilíbrio bipolar, e a ascensão, aparentemente incontestável, dos preceitos políticos e econômicos liberais. Esse período relativamente longo de bipolaridade nas relações internacionais marcou a consolidação da ordem econômica liberal, caracterizada pelo ativismo de instituições multilaterais e pela predominância da cooperação entre os atores globais. Os autores de geoeconomia dessa geração tinham como objetivo apoiar os Estados Unidos em sua competição econômica, especialmente com o Japão, e nos esforços de se beneficiar do processo de globalização econômica, dentro de sua esfera de influência. Na terceira geração, que vem desafiar esses preceitos, o termo geoeconomia é cunhado de maneira relativamente contraditória, pois se trata de um período em que as considerações de segurança passam a estar subordinadas aos objetivos econômicos.

Como salienta Baracuhy, a divisão da geoeconomia em gerações tem utilidade didática. É importante destacar que, muito antes da popularização do termo geoeconomia, as ideias fundamentais da disciplina já eram exploradas por autores comumente qualificados como pensadores de geopolítica, seja na teoria de Relações Internacionais, Economia Política Internacional e Geografia Internacional.

2.2 A geoeconomia e o sistema multilateral de comércio

O termo "geoeconomia" foi popularizado por Luttwak em seu artigo de 1990 intitulado "*From Geopolitics to Geo-Economics*"⁸. Luttwak, historiador estadunidense e estrategista militar, descreveu, de forma pioneira, o movimento de mudança do uso da força militar para o uso de ferramentas econômicas na busca de objetivos estratégicos. Segundo Luttwak, a competição econômica passa a assumir centralidade na arena internacional, substituindo, em muitos casos, a guerra convencional como forma de exercer influência global. Argumentou que as guerras comerciais, a competição por mercados e o controle sobre fluxos financeiros passaram a ser novas formas de conflito entre as nações.

Quando Luttwak formulou e conceituou geoeconomia, a ordem internacional ainda apresentava características liberais, o que provavelmente enfraqueceu a sua análise. Recentemente, esta análise foi retomada com nova força, em um período no qual as instituições multilaterais enfrentam desafios aparentemente intransponíveis e a economia internacional é cada vez mais moldada por prioridades políticas e estratégicas.

Outros pensadores dessa geração que ganharam notoriedade são Robert Blackwill e Jennifer Harris, co-autores do livro "*War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*"⁹. Nesse trabalho, Blackwill e Harris discutem como o uso de instrumentos econômicos, tais como sanções, investimentos estratégicos e políticas comerciais, constituem formas de "guerra econômica" utilizada pelos Estados para projetar poder e influenciar o comportamento de outros atores globais.

Blackwill e Harris definem geoeconomia como o "uso intencional de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais, e produzir resultados geopolíticos favoráveis."¹⁰ Os autores concentram-se principalmente na descrição e análise de instrumentos econômicos utilizados de maneira relacional e direta.

Tanto Luttwak quanto Blackwill e Harris enfatizam os instrumentos econômicos como meios para atingir fins políticos e geoestratégicos. Em sua análise histórica sobre o conceito de geoeconomia, Baracuhy acrescenta que a geoeconomia também contempla o uso de poder geopolítico para conseguir o aumento de poder e de influência econômica. Para esse autor brasileiro, o que qualifica o fenômeno como geoeconômico é a presença da dimensão econômica em combinação com a dimensão política.

Já Henrique Choer Moraes, também diplomata e acadêmico brasileiro da área de Relações Internacionais, tem visão mais restrita de geoeconomia. Em um primeiro momento, Choer Moraes reconhece a influência do pensamento realista das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional na estruturação e no objeto de análise da geoeconomia. Em um segundo momento, Choer Moares distingue a geoeconomia do que se convencionou chamar de *economic statecraft* ou diplomacia econômica.

⁸ LUTWAK, Edward. From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce. **The National Interest**, n. 20, p. 17-23, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42894676>

⁹ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**. Cambridge: Harvard University Press, 2016. Cf. TROXELL, John F. Geoeconomics in Military Review. **Army University Press**. 2016. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/China-Reader-Special-Edition-September-2021/Troxell-Geoeconomics/> Acesso em 20 set 2024.

¹⁰ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

Para o autor, *economic statecraft* seria o uso de instrumentos econômicos por um Estado para influenciar a conduta de outro Estado. A perspectiva, portanto, é sempre relacional e o objetivo seria o de alterar a conduta do Estado, um Estado usando instrumentos econômicos contra ou a favor de outro Estado, com finalidade política. A geoeconomia, no entanto, seria mais do que o estudo dos instrumentos, pois contemplaria as formas de incremento dos ativos considerados relevantes e das capacidades (*capabilities*) para produzi-los, além do uso dos poderes do Estado por meios econômicos para obtê-los. A geoeconomia, por isso, apresenta perspectiva mais ampla e sistêmica.

Choer Moares explica que o uso de sanções comerciais e econômicas - como congelamento de investimentos e ativos e suspensão de meios de pagamentos - são instrumentos típicos de *economic statecraft*, mas não são necessariamente o objeto principal do estudo da geoeconomia. Diversamente de autores como Luttwak e Blackwill, Choer Moares entende que a geoeconomia deve se concentrar em temas como o desenvolvimento competitivo de novas tecnologias comercialmente importantes e o financiamento e o subsídio predatório de exportações, desde que no contexto da política de desenvolvimento nacional e de fortalecimento do país no cenário internacional. Para Choer Moares, portanto, a geoeconomia deve centrar sua análise nas políticas econômicas de empoderamento nacional e na busca pelo aumento do poder econômico relativo do Estado.

Para Roberts, Choer Moraes e Victor Ferguson, o aumento da relevância dos estudos de geoeconomia coincide com o declínio da ordem liberal, instaurada após a Guerra Fria e o advento do que alguns autores denominam de "ordem internacional pós-liberal"¹¹ ou "ordem internacional geoeconômica". A transição para essa nova ordem tem implicações significativas para as regras e instituições internacionais construídas a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, consolidadas e expandidas no período pós-Guerra Fria.

Na ordem internacional geoeconômica, observa-se a mudança da linguagem de cooperação para outra de competição e conflito, mesmo que aparentemente expressas em conformidade com as normas e instituições internacionais. Isto é, mesmo que contida no âmbito de estruturas de regimes internacionais, a interação entre os atores passa a ser mais de competição e conflito que de harmonia e cooperação.

Sendo assim, a racionalidade subjacente ao desenho das políticas comerciais e de investimento pode ser comprometida. Por exemplo, a premissa de que o comércio internacional traz ganhos recíprocos (*win-win game*) é contestada com base em considerações de ordem geoestratégica. Na ordem liberal, defendia-se que produzir e exportar *commodities*, por exemplo, poderia ser tão relevante quanto produzir e exportar computadores ou aeronaves, desde que a alocação de recursos estivesse alinhada às vantagens comparativas dos países. No entanto, na perspectiva geoeconômica, o controle, a produção e o comércio de certos produtos devem ser monitorados e controlados pelo Estado, e o acesso a bens produzidos por outros países nem sempre é garantido, mesmo que, em última análise, eles se tornem mais caros para os consumidores.

¹¹ ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. Toward a Geoeconomic Order, *Journal of International Economic Law*, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

Choer Moares, ao analisar o histórico do conceito de geoeconomia, explica que, ironicamente, Luttwak o formulou em um período de fortalecimento da ordem liberal e do direito internacional econômico. Após o fim da Guerra Fria, as instituições econômicas internacionais passaram a operar sob menor pressão política e geoestratégica, funcionando em sintonia com os princípios liberais. Nesse contexto, a aplicação da lógica da teoria econômica de ganhos absolutos e de aumento do bem-estar mediante a cooperação entre atores era compreensível. Essa situação durou por mais de duas décadas, com ganhos efetivos para vários atores, com destaque para Estados Unidos e China. O exemplo emblemático fornecido por Choer Moares é o do sistema multilateral de comércio, regido por princípios como cláusula da nação mais favorecida, tratamento nacional e transparência¹². Esse sistema de comércio, principalmente após a criação da OMC, era regido por normas jurídicas (*law based*) e garantido por um eficiente sistema de solução de controvérsias (*quasi-judicial*).

Por mais de vinte anos, o sistema multilateral de comércio funcionou de maneira satisfatória, e ofereceu respostas aos conflitos relacionados ao comércio internacional, arrefecendo eventuais escaladas de ações e respostas protecionistas. Seu declínio pode ser verificado com as dificuldades de se concluir a Rodada Doha¹³, mas é possível dizer que o sistema começou a apresentar graves problemas até a sua quase paralisação, resultado da inoperância do Órgão de Apelação do mecanismo de solução de controvérsias, por razões de competição geopolítica, especialmente entre China e EUA.

É reconhecido que a ordem econômica liberal, e particularmente, o sistema multilateral de comércio, apesar de construídos segundo os interesses das potências econômicas da época, notadamente Estados Unidos e Grã-Bretanha, geraram ganhos materiais relativos para vários países, incluindo a China. Adicionalmente, o direito internacional econômico fortaleceu-se, como ramo autônomo do direito internacional dedicado ao comércio e investimentos, estudo do funcionamento institucional e legal das organizações internacionais, como, a OMC, o Fundo Monetário Internacional (FMI), acordos bilaterais de investimentos, e variados processos de integração econômica mediante a criação de áreas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns.

Advogados e juristas especializados em comércio internacional (*trade lawyers*) passaram a se especializar nas normas da OMC e na jurisprudência de seu órgão de solução de controvérsias. A dinâmica comercial, antes concentrada na diplomacia econômica de Genebra, legaliza-se, e passa a operar segundo o binômio legalidade/ilegalidade e as preocupações precípuas passam a ser o fortalecimento e expansão do sistema, mediante a aprovação de novos acordos multilaterais¹⁴.

¹² Cláusula da nação mais favorecida, tratamento nacional e transparência são três dos princípios basilares do sistema multilateral de comércio. Estão expressos, respectivamente, nos art. 1, 3 e 10 do GATT. Os dois primeiros expressam a ideia de não discriminação. A cláusula do tratamento nacional determina que o benefício concedido a um parceiro comercial deve ser estendido aos demais membros do sistema. O tratamento nacional proíbe a discriminação entre bens nacionais e importados (exceto mediante aplicação de tarifa de importação). A transparência implica que as medidas comerciais adotadas pelo país devem ser publicadas de forma que possam ser conhecidas pelos parceiros.

¹³ Rodada de negociação inconclusa, iniciada em 2001 em Doha, no Qatar.

¹⁴ Sobre a legalização do sistema de comércio, ver GOLDSTEIN, J., KAHLER, M., KEOHANE, R. O., & SLAUGHTER, M. Introduction: Legalization and World Politics. **JSTOR. International Organization**, 385, 2000. Disponível em:

<https://slaughter.scholar.princeton.edu/sites/g/files/toruqf4716/files/slaughter/files/oiintro.pdf>

Ver também HOWSE, R.L. . From Politics to Technocracy—and Back Again: The Fate of the Multilateral

A paralisação das negociações comerciais multilaterais, desde o final da década de 2000 e a proliferação de acordos de livre de comércio, que, em certo momento, gerou uma rede intrincada de relações semelhantes a um *spaghetti bowl*¹⁵, prenunciavam problemas mais graves para o sistema multilateral de comércio. O processo de acesso da China à OMC, a partir de 2002, e a pujança comercial do país asiático começaram a criar instabilidades no sistema¹⁶. A isto se soma a insatisfação explícita dos Estados Unidos em relação ao órgão de solução de controvérsias da OMC e a excessiva legalização das decisões. Com o principal idealizador do sistema voltando-se contra ele, um dos pilares mais relevantes da ordem liberal começava a enfraquecer-se.

No cenário da ordem geoeconômica emergente, a visão do ator hegemônico (*hegemon*) sobre o livre comércio, portanto, altera-se em função do aumento de poder relativo dos seus rivais. Como demonstrado pelo comportamento recente dos Estados Unidos em relação ao sistema multilateral de comércio, com a crescente imposição de barreiras tarifárias desde a primeira administração de Donald Trump e o bloqueio ao Órgão de Apelação, o *hegemon* passa a adotar políticas comerciais contrárias às normas multilaterais previamente estabelecidas e a implementar medidas crescentemente protecionistas.

Na ordem geoeconômica, a ideia de interdependência, predominante durante a ordem liberal passa a ser considerada sob outra perspectiva. A interdependência, quando desencadeia aumento de ganhos relativos por Estados rivais, passa a ser desinteressante para o estado hegemônico. Este passa a atuar para solapar a situação de dependência mútua, mesmo que essa atuação resulte no esgarçamento de estruturas e instituições por ele mesmo criadas.

2.3 Do que trata a geoeconomia?

Se considerado o conceito amplo, especialmente aquele adotado por Braz Baracuchy, a geoeconomia pode abranger um conjunto de temas. São exemplos: controle de recursos naturais escassos e fontes de energia, instrumentalização da política comercial, e controle de investimentos internos e externos, para mencionar apenas alguns.

O controle sobre recursos naturais, por exemplo, desempenha historicamente papel central na geopolítica, mas, na era da geoeconomia, tal dinâmica adquire novos contornos. O petróleo, a despeito da corrida por energias renováveis, continua a ser recurso essencial para a geoeconomia contemporânea¹⁷, como indicam conflitos e instabilidades

Trading Regime. *American Journal of International Law*, 96, 2002, p 94 - 117. Disponível em: https://www.law.nyu.edu/sites/default/files/ECM_PRO_060048.pdf

¹⁵ BHAGWATI, Jagdish. , "U.S. Trade Policy: The Infatuation with Free Trade Areas". Em Jagdish Bhagwati and Anne O. Krueger. *The Dangerous Drift to Preferential Trade Agreements*, The AEI Press, 1995, pp. 1-18. Disponível em: <https://www.aei.org/wp-content/uploads/2023/07/AEI-STUDIES-PolicyReform-03.pdf?x85095>

¹⁶ A acesso da China à OMC causou, desde o início, problemas de acomodação. Com uma economia muito grande, fortemente voltada para o comércio exterior e dissociada dos princípios de livre mercado, a China causou preocupações nos principais atores do sistema de comércio, principalmente em temas como subsídios, dumping e empresas estatais. O atual conflito comercial entre EUA e China expressa a sobrevivência e o recrudescimento de parte dessas preocupações com a participação supostamente nociva e injusta da China no sistema de comércio.

¹⁷ FUSER, Igor. *Petróleo e poder: O envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico*. São Paulo: Ed. Unesp: Programa San Tiago Santos em relações internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2009. Disponível em: <https://editoraunesp.com.br/catalogo/9788571398191,petroleo-e-poder>

recorrentes em regiões produtoras dessa *commodity*. Igualmente, o acesso a recursos estratégicos, como o gás natural e minerais críticos tornou-se, na atualidade, instrumento geoeconômico vital para países como Rússia, China, Estados Unidos e os países europeus, fortemente dependente de recursos energéticos provenientes da Rússia.

Michael Klare, em sua obra "*Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict*"¹⁸, explica que os conflitos internacionais do futuro serão provavelmente determinados pela disputa por recursos naturais escassos, como água, terras aráveis e energia. Para Klare, o controle desses recursos poderá ser usado como instrumento de poder e se tornará, muito provavelmente, motivo de competição e de conflitos entre as nações. Nesse sentido, Estados que possuem vastas reservas desses recursos podem exercer pressão e condicionar a conduta daqueles que carecem desses ativos. Há também a possibilidade de explorarem economicamente tais recursos. Na realidade, muitos desses Estados, localizados em regiões pobres da África e da América Latina, não tem conseguido transformar seus recursos naturais em instrumentos de poder, ficando, por vezes, submetidos à exploração econômica de empresas e de Estados mais poderosos.

Na perspectiva de autores como Luttwak, Blackwill e Harris, que sustentam um conceito mais instrumental de geoeconomia, a imposição de tarifas e de sanções comerciais com finalidade política são dois dos objetos mais importantes da geoeconomia contemporânea. A política de sanções, por exemplo, as aplicadas pelos Estados Unidos contra o Irã e a Rússia, ou mesmo o embargo comercial contra Cuba, indica como o poder econômico pode ser usado para isolar países e induzi-los a mudar suas políticas. As sanções tornaram-se instrumento de "guerra econômica", usada para atingir objetivos políticos sem recorrer à força militar.

Blackwill e Harris fazem uma taxonomia relevante dos instrumentos de economia usados pelos Estados. Os autores alocam os instrumentos em quatro categorias: comércio, investimentos, ajuda ou auxílio (*aid*) e políticas (*policies*). Esses instrumentos, por sua vez, podem ser positivos ou negativos em relação aos destinatários. São exemplos de instrumentos comerciais positivos, os acordos comerciais e as compras governamentais, e negativos, as sanções comerciais, os embargos e os subsídios. Em matéria de investimentos, são positivos o perdão de dívidas e as contribuições para instituições financeiras. São negativos os instrumentos que congelam ativos e manipulam o câmbio. A ajuda pode ser positiva se for assistência oficial e se, por exemplo, forem destinadas à saúde ou outra necessidade pública. Se for condicionada, no entanto, a ajuda passa a ser negativa (por exemplo, ajuda financeira condicionada ao apoio político em determinada votação do Conselho de Segurança da ONU). As políticas, por fim, podem ter impacto positivo ou negativo, a depender seu conteúdo¹⁹.

As amplas disputas econômicas entre os Estados Unidos e a China, que envolvem aspectos comerciais, tecnológicos e de investimentos, talvez sejam exemplos contemporâneos mais eloquentes de geoeconomia. No livro "*Destined for War: Can*

¹⁸ KLARE, Michael. **Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict**. New York: Henry Holt and Company, 2001.

¹⁹ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**. Cambridge: Harvard University Press, 2016. Cf. TROXELL, John F. Geoeconomics in Military Review. 2016. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/January-February-2018/Geoeconomics/#:~:text=Blackwill%20and%20Harris%20enumerate%20seven,cyber%2C%20and%20energy%20and%20commodities>. Acesso em 20 set 2024.

America and China Escape Thucydides's Trap?"²⁰, Graham Allison explica a rivalidade sino-americana, descrevendo de que forma a competição econômica e tecnológica converteu-se em campo de batalha estratégico entre os dois países. A "armadilha de Tucídides" mencionada por Allison remete ao risco de guerra inevitável entre a potência dominante e a emergente, e a geoeconomia tem sido a arena predominante de confronto entre as duas nações.

No contexto da rivalidade sino-americana, a abrangente iniciativa chinesa denominada "Cinturão e Rota" (*Belt and Road Initiative*) é uma expressão da lógica geoeconômica. Sob a forma de vultosos aportes de investimento em infraestrutura em países específicos, para expandir a influência geopolítica e criar uma situação de dependência unilateral, a China incrementa sua capacidade de projeção de poder para parte importante do continente asiático e também em direção a outras partes do mundo, incluindo Europa e América Latina.

Segundo David Shambaugh²¹, a China tem usado investimentos em infraestrutura, como estradas, portos aeroportos e ferrovias, para criar relações econômicas profundas com outras nações, especialmente em regiões como a Ásia Central, África e América Latina. Esses investimentos, financiados por meio de empréstimos e parcerias estratégicas, permite à China estender sua influência além das fronteiras regionais, construindo dependências econômicas e diplomáticas.

De certa forma, a iniciativa chinesa tem potencial para se contrapor aos arranjos de segurança concebidos pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e consolidados no período imediato após a Guerra Fria. Por meio de instrumentos econômicos e regulatórios, especialmente de financiamentos de grandes empreendimentos, execução de projetos conjuntos e disseminação de *standards* e tecnologias, a China pode afetar a estabilidade da rede de segurança concebida pelos EUA, mediante alianças militares e o estabelecimento de parceiros estratégicos em diversas partes do mundo²².

Para alguns teóricos como Parag Khanna²³, o futuro da geoeconomia está fortemente ligado à conectividade global. Ele explica que quem controla as redes de transporte, energia e dados, controlará o futuro da economia mundial. A China, ao investir em infraestrutura crítica em todo o mundo, se posiciona como potência dominante na nova ordem geoeconômica global, criando um conjunto de estados dependentes de seus recursos.

A perspectiva geoeconômica pode ser igualmente usada para tratar dos grandes temas globais, como as mudanças climáticas, a transição para economia verde e a revolução

²⁰ ALLISON, Graham. **Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?** Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2017.

²¹ SHAMBAUGH, David. **China Goes Global: The Partial Power**. New York: Oxford University Press, 2013.

²² O tema dos efeitos da BRI sobre o sistema global de segurança dos EUA foi avaliado em uma série de ensaios disponíveis em **The National Bureau of Asian Research**. China's Belt and Road Initiative: Military and Security Implications. Disponível em: <https://www.nbr.org/program/chinas-belt-and-road-initiative-military-and-security-implications/>. Acesso em 03 Nov 2024.

²³ Khanna, Parag (2016), *Connectography: Mapping the Future of Global Civilization*, New York: Penguin Random House.

digital. Jeffrey Sachs²⁴, enfatiza que as questões ambientais e a transição energética serão relevantes nas disputas geoeconômicas do futuro. Países que liderarem a inovação em energias renováveis e tecnologias sustentáveis terão, provavelmente, uma vantagem competitiva significativa em um mundo cada vez mais preocupado com o impacto ambiental.

A competição em matéria de tecnologia tornou-se um dos principais pontos de disputa geoeconômica, especialmente devido ao processo de transformação digital. O controle sobre tecnologias de ponta, como inteligência artificial, 5G e computação quântica, tem sido preocupação estratégica das potências atuais, incluindo Estados Unidos e China. A corrida pela supremacia em inteligência artificial será um dos principais focos geoeconômicos entre os Estados Unidos e a China nas próximas décadas²⁵.

Nos tópicos a seguir apresentados no presente estudo tratarão com maior detalhamento as grandes questões relacionadas à geoeconomia atual e dos instrumentos políticos e jurídicos comumente utilizados pelos principais países.

2.4 Conclusões

A geoeconomia oferece uma perspectiva importante para analisar as dinâmicas do poder global no século XXI, especialmente no que diz respeito às possibilidades e limitações no enfrentamento dos grandes desafios globais. Ao mesclar economia e geopolítica, o conceito de geoeconomia oferece um instrumental mais adequado à compreensão detalhada da ordem internacional pós-liberal, e possibilita o entendimento da dinâmica de disputa de poder no cenário internacional.

Autores da terceira geração, como Edward Luttwak, Robert Blackwill e Jeniffer Harris, trouxeram contribuições significativas para o estudo dessa disciplina, destacando as múltiplas formas de poder econômico que moldam o destino das nações. Baracuh y e Choer Mores, por sua vez, conferem maior precisão conceitual ao tema, além de acrescentarem a perspectiva de um país emergente como o Brasil.

REFERÊNCIAS

ALLISON, Graham. **Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?** Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2017.

BARACUHY, Braz. Geoeconomia: a lógica geopolítica no comércio mundial. **Revista de Política Externa**, São Paulo, v.24, n 1, jul/dez 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/319905729/BARACUHY-Geoeconomia-A-Logica-Geopolitica-No-Comercio-Mundial-Politica-Externa>

BHAGWATI, Jagdish. , "U.S. Trade Policy: The Infatuation with Free Trade Areas". Em Jagdish Bhagwati and Anne O. Krueger. **The Dangerous Drift to Preferential Trade Agreements**, The AEI Press, 1995, pp. 1-18. Disponível em: <https://www.aei.org/wp-content/uploads/2023/07/AEI-STUDIES-PolicyReform-03.pdf?x85095>

BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

²⁴ SACHS, Jeffrey. **The Age of Sustainable Development**. New York: Columbia University Press, 2015.

²⁵ LEE, Kai-Fu. **AI Superpowers: China, Silicon Valley, and the New World Order**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2018.

FUSER, Igor. **Petróleo e poder: O envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. São Paulo: Ed. Unesp: Programa San Tiago Santos em relações internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2009. Disponível em: <https://editoraunesp.com.br/catalogo/9788571398191.petroleo-e-poder>

GOLDSTEIN, J., KAHLER, M., KEOHANE, R. O., & SLAUGHTER, M. Introduction: Legalization and World Politics. **JSTOR. *International Organization***, 385, 2000. Disponível em: <https://slaughter.scholar.princeton.edu/sites/g/files/toruqf4716/files/slaughter/files/oiintro.pdf>

HOWSE, R.L. . From Politics to Technocracy—and Back Again: The Fate of the Multilateral Trading Regime. **American Journal of International Law**, 96, 2002, p 94 - 117. Disponível em: https://www.law.nyu.edu/sites/default/files/ECM_PRO_060048.pdf

KLARE, Michael. **Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict**. New York: Henry Holt and Company, 2001.

LUTWAK, Edward. From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce. **The National Interest**, n. 20, p. 17-23, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42894676>

ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. Toward a Geoeconomic Order, **Journal of International Economic Law**, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

SHAMBAUGH, David. **China Goes Global: The Partial Power**. New York: Oxford University Press, 2013.

The National Bureau of Asian Research. China's Belt and Road Initiative: Military and Security Implications. Disponível em: <https://www.nbr.org/program/chinas-belt-and-road-initiative-military-and-security-implications/>. Acesso em 03 Nov 2024.

TROXELL, John F. Geoeconomics in Military Review. **Army University Press**. 2016. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/China-Reader-Special-Edition-September-2021/Troxell-Geoeconomics/>

3. GEOECONOMIA: CONCEITOS, INSTRUMENTOS E ATORES DA NOVA ORDEM ECONÔMICA

Catherine Rebouças Mota²⁶
Alexandre Ramos Coelho²⁷

3.1 Introdução

A ordem econômica global está em plena transformação. Eventos como a crise financeira internacional de 2008, o BREXIT – saída do Reino Unido da União Europeia, a guerra comercial e tecnológica entre Estados Unidos e China, a pandemia de COVID-19 e a invasão da Ucrânia pela Rússia, além da guerra Israel contra Irã, desafiam as bases estabelecidas da governança global, demonstrando que o modelo baseado no neoliberalismo e nos mercados, que dominou a economia nas últimas décadas, está sendo questionado.

Diante desse cenário, a geoeconomia emerge como ferramenta essencial para os Estados alcançarem seus objetivos estratégicos²⁸, que podem ser entendidos como metas de longo prazo para garantirem segurança nacional, influência regional e global, além de prosperidade econômica. Os objetivos estratégicos orientam as ações e políticas dos governos, que se utilizam tanto de ferramentas econômicas quanto políticas e militares, procurando moldar o equilíbrio de poder e garantir ganhos em situações de competição internacional.

Diferente das disputas geopolíticas tradicionais, por meios militares e diplomáticos, o cenário atual é moldado pela concorrência geoeconômica, onde o controle sobre cadeias de valor globais, tecnologia e infraestrutura crítica desempenham papel central. As interações econômicas entre Estados e corporações se tornaram, ao mesmo tempo, fonte de poder e vulnerabilidade²⁹. Por isso, a interdependência econômica é explorada pelos Estados e está marcada por tensões e conflitos geoeconômicos crescentes, onde o uso de sanções, barreiras comerciais e restrições tecnológicas se torna campo de disputa tanto quanto a força militar tradicional.³⁰

²⁶ Pesquisadora do Centro de Estudos de Comércio Global e Investimentos vinculado à Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Doutora em Direito pela Universidade Federal do Ceará.

²⁷ Doutor em Relações Internacionais pelo IRI-USP, com mestrado em Direito pela FGV-SP e Especialização em Política e Relações Internacionais pela FESP-SP com certificado em Geopolítica pelo Instituto de Geopolítica de Genebra. Foi Consultor Jurídico do Banco da China e da Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Atualmente, é Professor de Relações Internacionais, Associate Fellow da Geoeconomics Society – Helsinki e Secretário do Comitê de Estudos Asiáticos da International Political Science Association – IPSA. Adicionalmente, atua como editor convidado da Macau Journal of Brazilian Studies e como Coordenador do Núcleo de Análises Geopolíticas do *think tank* Observa China.

²⁸ BABIĆ, Milan; DIXON, Adam D.; LIU, Imogen T., *Geoeconomics in a Changing Global Order*, in: BABIĆ, Milan; DIXON, Adam D.; LIU, Imogen T. (Orgs.), **The Political Economy of Geoeconomics: Europe in a Changing World**, Cham: Springer International Publishing, 2022, p. 1–27. Disponível em: <https://forskning.ruc.dk/en/publications/geoeconomics-in-a-changing-global-order>

²⁹ BABIĆ, Milan; DIXON, Adam D.; LIU, Imogen T., *Geoeconomics in a Changing Global Order*, in: BABIĆ, Milan; DIXON, Adam D.; LIU, Imogen T. (Orgs.), **The Political Economy of Geoeconomics: Europe in a Changing World**, Cham: Springer International Publishing, 2022, p. 1–27. Disponível em: <https://forskning.ruc.dk/en/publications/geoeconomics-in-a-changing-global-order>

³⁰ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**, 2016.

A perspectiva geoeconômica do poder tem implicações significativas no comércio e nos investimentos internacionais; e medidas de *statecraft* buscam moldar o comportamento de outros países sem recorrer à força militar. Nesse sentido, a geoeconomia também pode ser entendida como "guerra por outros meios", como proposto por Blackwill, onde instrumentos como sanções econômicas, elevação de tarifas, restrições de exportação e o controle de cadeias de suprimentos globais são usados para alcançar objetivos políticos e econômicos.

A crescente dependência de recursos estratégicos, como minerais críticos e tecnologias avançadas, torna essas disputas ainda mais intensas, uma vez que o controle sobre tais ativos permite que Estados exerçam influência desproporcional sobre adversários ou parceiros comerciais. A interdependência econômica global se transforma em uma característica que não conduz os Estados à cooperação, mas a um campo onde se desenrolam disputas de poder que têm consequências profundas para a segurança nacional e a ordem mundial.³¹

Diante desse cenário, o conceito de "interdependência armada" – *Weaponized Interdependence* – como defendido por Blackwill, explica como a interdependência econômica pode ser usada como arma geopolítica. Exemplo está na atuação dos EUA ao restringir acesso da China a tecnologias críticas, e a China respondendo com esforços para reduzir sua dependência de insumos tecnológicos ocidentais. Na ordem geoeconômica, os países estão cada vez mais "armando sua interdependência" ao utilizarem redes globais de troca de informações e financeiras para obter vantagem estratégica.

A literatura teórica sobre a topografia de redes mostra como os modelos-padrão preveem que muitas redes crescem de maneira assimétrica, de modo que alguns "nós" são mais conectados que outros. Esse modelo descreve várias redes econômicas globais importantes, centradas nos Estados Unidos e em alguns outros países. Redes altamente assimétricas permitem que países com (i) jurisdição efetiva sobre os nós econômicos centrais e (ii) instituições e normas domésticas apropriadas utilizem essas vantagens estruturais para fins coercitivos.³²

Em síntese, contata-se que a transição para um novo paradigma geoeconômico significa que o poder econômico e a segurança nacional estarão cada vez mais interligados. Diante deste cenário, explora-se, a seguir, a relevância atual da geoeconomia, suas principais características e como os Estados estão utilizando instrumentos econômicos para moldar a ordem global contemporânea.

3.2 Nova Ordem Econômica e de Segurança

As crises atuais são evidências de que o mundo passa por um período de transição para uma nova ordem econômica internacional impulsionada pela crescente interseção entre as esferas da economia e da segurança. A lógica neoliberal, centrada no conceito das

³¹ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**, 2016.

³² FARRELL, Henry; NEWMAN, Abraham L. *Weaponized Interdependence: How Global Economic Networks Shape State Coercion*. **International Security Journal** – MIT Press Direct, 2019. Disponível em: <https://direct.mit.edu/isec/article/44/1/42/12237/Weaponized-Interdependence-How-Global-Economic>

forças de mercado, incentivando desregulamentação, privatização e redução do papel do Estado no mercado, e que dominou o período pós-Guerra Fria, tem estado sob crescente pressão desde a crise financeira de 2008, abrindo caminho para o surgimento de uma nova ordem, em que o controle econômico e a segurança nacional se sobrepõem.³³

As diversas crises que marcaram o cenário atual obrigaram os países a expandirem o conceito de segurança nacional, ampliando o referencial de proteção e defesa do Estado contra ameaças externas e internas que possam comprometer sua soberania, integridade territorial, interesses nacionais e o bem-estar de sua população. Tradicionalmente, esse conceito se concentrava em ameaças militares, como ataques ou invasões de outros países. Sua expansão inclui uma gama mais ampla de dimensões, como segurança econômica, tecnológica, ambiental, alimentar e sanitária.

A ênfase em segurança nacional criou a tendência a “securitização” (*securitization*) da política econômica, significando que os Estados estão tratando questões econômicas sob a ótica da segurança nacional.³⁴ Isso é evidente nas estratégias de triagem (*screening*) de investimentos estrangeiros, na restrição à exportação de tecnologias sensíveis de uso dual (uso simultâneo na produção de bens civis e militares) e na imposição de tarifas e sanções sob o pretexto de proteção da segurança nacional. Como exemplo, podem ser citados o Comitê de Investimentos Estrangeiros nos EUA (CFIUS) que tem ampliado significativamente suas investigações, refletindo a preocupação com a segurança dos investimentos estrangeiros em setores estratégicos nos EUA.

A securitização também pode ser identificada a partir do uso de sanções econômicas e de comércio como controles de exportação e importação, além e outras ferramentas econômicas para exercer pressão política sobre adversários e competidores. Essa abordagem tem sido fundamental na resposta dos EUA às políticas industriais da China, como o *Made in China 2025*, e no uso de sanções para conter a influência de países como o Irã, Rússia e Coreia do Norte.

Outro exemplo é o *CHIPS and Science Act* de 2022 que impõe controles rigorosos às exportações de tecnologias de semicondutores dos EUA para a China, visando bloquear o acesso a equipamentos e conhecimentos essenciais para a produção de chips avançados. Essa lei proíbe a exportação de equipamentos como máquinas de litografia, essenciais para chips de alta performance, limitando o desenvolvimento tecnológico chinês.³⁵

Em resposta, a China adotou contramedidas em resposta às sanções americanas. A China baniu a empresa norte-americana Micron em sua infraestrutura crítica, propondo também novas restrições de licenciamento para as exportações chinesas de gálio e germânio, dois insumos críticos para as cadeias de suprimento globais de semicondutores.³⁶

³³ ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. Toward a Geoeconomic Order, *Journal of International Economic Law*, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

³⁴ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*, 2016.

³⁵ DOHMEN, Hanna; FELDGOISE, Jacob; KUPCHAN, Charles. The Limits of the China Chip Ban. *Foreign Affairs*. 24.07.2024. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/china/limits-china-chip-ban>

³⁶ BENSON, Emily. Semiconductor Export Controls. *CSIS – Center for Strategic & International Studies*. 18.10.2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/updated-october-7-semiconductor-export-controls>

3.3 Instrumentos de Ação do Poder Geoeconômico

Uma vez delineada a abrangência de ação da geoeconomia, vale ressaltar como os diversos instrumentos da geoeconomia são utilizados. Os instrumentos da geoeconomia são variados e amplamente aplicados em diferentes contextos. Blackwill e Harris identificam sete principais: políticas comerciais, políticas de investimento, sanções econômicas, esfera cibernética, ajuda externa, política monetária e políticas de energia e commodities. A eficácia desses instrumentos depende da capacidade do Estado de integrá-los em uma estratégia coerente que vise não apenas ganhos econômicos, mas sobretudo objetivos geopolíticos claros.³⁷

Pode-se identificar sete ferramentas geoeconômicas principais:

- política comercial;
- política de investimentos;
- sanções econômicas e financeiras;
- cibersegurança;
- assistência ao desenvolvimento;
- política financeira e monetária;
- energia e commodities.

Políticas Comerciais

As políticas comerciais continuam a ser importantes instrumentos geoeconômicos no cenário internacional, sendo utilizadas para proteger indústrias nacionais e exercer pressão sobre países rivais. A guerra comercial iniciada pelos Estados Unidos (primeiro governo Trump) contra a China exemplifica a estratégia, na qual tarifas elevadas sobre produtos chineses foram aplicadas com o objetivo de reequilibrar a balança comercial dos EUA e conter o crescimento econômico e tecnológico da China, em particular em relação ao plano *Made in China 2025*.

No entanto, a política também teve efeitos adversos, além da China, porque afetaram Canadá e México, que também retaliaram, elevando suas próprias tarifas, impactando negativamente as exportações americanas e a competitividade das empresas dos EUA. A teoria e a prática demonstram que as tarifas, isoladamente, têm pouco impacto nas balanças comerciais, que são influenciadas predominantemente por fatores macroeconômicos, como demanda doméstica, políticas fiscais e subsídios estatais. A tentativa de Trump de usar tarifas como um instrumento de poder geoeconômico revelou-se ineficaz, prejudicando a indústria, os trabalhadores e os consumidores americanos.³⁸

A disputa entre Rússia e União Europeia pela influência sobre os países do Leste Europeu ilustra um confronto entre modelos distintos de geoeconomia. A Rússia, utilizando medidas coercitivas como bloqueios comerciais, ameaças de interrupção do fornecimento de gás e inspeções rigorosas contra trabalhadores moldavos, busca dissuadir países como a Moldávia de fortalecer laços com a UE. Apesar da resistência moldava e da assinatura

³⁷ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**, 2016.

³⁸ STEIL, Benn; ROCCA, Benjamin Della, Tariffs and the Trade Balance: How Trump Validated His Critics. **Council on Foreign Relations**, 2021 Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/tariffs-and-trade-balance-how-trump-validated-his-critics>

de acordos com a UE em 2013, o futuro da integração europeia da região permanece incerto, especialmente devido à influência da Ucrânia.

Por outro lado, segundo Blackwill e Harris a estratégia da UE, baseada em incentivos econômicos e integração voluntária, revelou suas limitações diante das táticas agressivas de Moscou, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais assertiva para competir com a pressão geopolítica russa.³⁹

Sanções e Coerções Econômicas

As sanções econômicas demonstram sua eficácia como ferramenta geoeconômica quando alavancadas por mercados grandes e entidades sistêmicas. Países com mercados internos significativos, como os EUA, possuem maior capacidade de impor sanções que gerem impactos globais. A utilização de redes financeiras, como a SWIFT, e setores estratégicos, como o seguro marítimo liderado pela Lloyd's no Reino Unido, exemplifica como entidades sistêmicas amplificam a pressão das sanções, como ocorreu no caso do Irã.

O domínio do dólar americano no comércio internacional fortalece ainda mais essa estratégia, permitindo que o Departamento do Tesouro dos EUA condicione bancos internacionais a escolherem entre operar com o dólar ou com países-alvo das sanções. Esse uso estratégico de ferramentas econômicas destaca a interseção entre finanças globais e política, reforçando o papel das sanções na geoeconomia contemporânea.⁴⁰

Segundo Blackwill e Harris, alguns limites podem ser identificados no uso de sanções econômicas. As sanções funcionam melhor quando os objetivos são modestos e os alvos bem definidos, como atividades específicas ou contas de elites, embora nem sempre seja possível para formuladores de políticas restringirem-se a essas metas.

Além disso, sanções exigem o apoio de aliados, como demonstrado pelo fracasso do embargo de grãos dos EUA à União Soviética em 1980 devido à falta de adesão de parceiros como Canadá e Austrália. Ademais, sanções financeiras dependem do domínio do dólar americano, mas seu uso excessivo pode acelerar esforços de outros países para encontrar alternativas, enfraquecendo sua eficácia futura. Exemplo disso é a Gazprom, que passou a aceitar pagamentos em rublos e yuans em resposta às sanções contra a Rússia.⁴¹

Em outro exemplo analisado por Victor Ferguson e Darren Lim⁴², a China vem utilizando estratégias de coerção econômica como instrumento de poder geoeconômico em sua relação com a Austrália, evidenciando a complexidade das interdependências comerciais entre os dois países. Os autores argumentam que essa coerção é particularmente eficaz em situações de assimetria nos custos de interrupção do comércio bilateral. Para que uma estratégia coercitiva funcione, é necessário que uma das partes sofra mais, tanto

³⁹ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 51-52.

⁴⁰ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 58

⁴¹ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 59

⁴² FERGUSON, Victor; LIM, Darren, *Economic Power and Vulnerability in Sino-Australian Relations* (October 24, 2020). In: Linda Jaivin, Jane Golley, and Sharon Strange (eds), **China Story Yearbook: Crisis**, (ANU Press, Canberra, 2021), DOI: <http://doi.org/10.22459/CSY.2021.09>

economicamente quanto politicamente, pela ausência do comércio que a outra. No caso sino-australiano, a Austrália acreditava ter uma posição de invulnerabilidade devido à dependência chinesa de seus recursos minerais, como ferro e carvão. No entanto, a partir de 2020, essa percepção foi desafiada por fatores como a maturidade da economia chinesa e o crescimento do comércio de serviços, como educação e turismo, setores nos quais a Austrália se tornou mais vulnerável à pressão econômica da China.

Ferguson e Lim destacam que as lições extraídas do uso geoeconômico da coerção pela China em 2020 mostram uma estratégia seletiva e calculada, onde a China não busca desestabilizar fundamentalmente a relação comercial bilateral, mas sim aplicar pressão política com mínimo impacto econômico interno. Ao contrário das sanções americanas, que tendem a exercer "pressão máxima", as sanções chinesas, segundo os autores, são cuidadosamente direcionadas para atingir setores específicos, que frequentemente servem a objetivos de política doméstica. A China nega explicitamente que suas ações sejam motivadas por fins políticos, apresentando outras justificativas. Entretanto, conforme apontam os autores, mesmo com o aumento geral no volume de comércio entre os dois países, os exportadores australianos continuam enfrentando riscos significativos, uma vez que a coerção econômica chinesa pode ser aplicada de maneira sutil e eficaz, com impactos mais difíceis de serem quantificados imediatamente.

Políticas de Investimentos

Os fluxos financeiros globais passaram por uma transformação significativa nas últimas décadas, com os investimentos transfronteiriços substituindo o comércio como principal componente desses fluxos. Estados têm se tornado protagonistas nesse cenário, tanto como investidores quanto como consumidores, especialmente em setores estratégicos como energia. Países como Rússia, Brasil e China concentram parte substancial de seus investimentos em empresas estatais ou veículos de investimento controlados pelo governo, impulsionados por altos preços de commodities e estratégias coordenadas. O fortalecimento dos fluxos de capital entre economias emergentes, estimados em US\$ 1,9 trilhão, e o surgimento de novos centros financeiros no Oriente Médio e na Ásia, também refletem essa mudança.⁴³

Os investimentos liderados por estados, ainda que frequentemente motivados por razões econômicas, têm implicações geopolíticas significativas. Esses fluxos podem aumentar o poder econômico relativo de um estado e reconfigurar dinâmicas de mercado, especialmente quando os governos utilizam seu conhecimento prévio de eventos geopolíticos para obter vantagens estratégicas.

O controle sobre investimentos estrangeiros (*investment screening*) tem se tornado preocupação crescente para os Estados que buscam proteger setores estratégicos. A União Europeia e os Estados Unidos implementaram mecanismos de triagem para monitorar e, se necessário, bloquear investimentos estrangeiros em setores críticos como infraestrutura e tecnologia.

Nos Estados Unidos, o *Committee on Foreign Investment in the United States* (CFIUS) desempenha papel semelhante, analisando os investimentos estrangeiros que possam afetar a segurança nacional. Sob o primeiro governo Trump, o escopo do CFIUS foi

⁴³ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 53

ampliado para abranger não apenas setores tradicionais como defesa e telecomunicações, mas também tecnologia emergente e cadeias de suprimentos críticas. Esse movimento ocorreu em resposta direta à crescente preocupação com as aquisições chinesas de empresas americanas em setores de alta tecnologia.⁴⁴

Na União Europeia, o Regulamento de Triagem de Investimentos Estrangeiros Diretos (FDI), implementado em 2019, criou um sistema de cooperação entre os Estados-Membros e a Comissão Europeia para avaliar os investimentos estrangeiros que possam afetar a segurança e a ordem pública. Embora os países da UE ainda mantenham a decisão final sobre permitir ou bloquear investimentos, o regulamento exige que a Comissão e outros Estados-Membros sejam notificados de investimentos que possam ter impactos significativos em projetos críticos para o bloco, como redes de eletricidade e programas espaciais. O objetivo é proteger setores-chave de aquisições que poderiam comprometer a segurança da região, muitas vezes com foco em investimentos provenientes de países como a China.⁴⁵

Medidas desse tipo endereçam preocupações da União Europeia com a influência econômica da China em países ocidentais.

Outra estratégia de investimento pode ser observada na iniciativa da UE com o Global Gateway, lançado em 2021. O Global Gateway é uma estratégia que visa mobilizar investimentos para infraestruturas em países emergentes, competindo diretamente com a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) da China⁴⁶. Esse projeto europeu pretende fornecer alternativas de financiamento sustentável para países em desenvolvimento, criando laços econômicos e influenciando políticas nesses países, sem os riscos de endividamento que muitos enfrentam com os empréstimos chineses.

Esse movimento é claramente geoeconômico, pois utiliza investimentos e parcerias comerciais como meio de exercer influência e consolidar alianças estratégicas em regiões onde a China tem expandido sua presença econômica. Reflete estratégia mais ampla para contrapor o crescente poder econômico da China no cenário global, especialmente em setores estratégicos, como infraestrutura digital e energia renovável.

Cibersegurança

Os ataques cibernéticos emergem como ferramentas estratégicas na geoeconomia contemporânea, desde que patrocinados ou incentivados por estados e direcionados a impactar economicamente seus alvos. Diferentes de ataques com objetivos puramente militares, como o Stuxnet ou as ofensivas cibernéticas russas contra a Geórgia em 2008, os ataques geoeconômicos visam enfraquecer empresas, setores econômicos inteiros ou infraestruturas críticas, como redes elétricas e sistemas bancários, buscando ganhos geopolíticos. Essas ações não apenas degradam a capacidade econômica do alvo, mas também criam estados mais frágeis, suscetíveis à manipulação externa em tempos de

⁴⁴ **U.S Department of the Treasury.** The Committee on Foreign Investment in the United States (CFIUS). Disponível em: <https://home.treasury.gov/policy-issues/international/the-committee-on-foreign-investment-in-the-united-states-cfius>

⁴⁵ MODRALL, Jay, EU Regulation on Foreign Direct Investment Screening, **Norton Rose Fulbright**. Disponível em: <https://www.nortonrosefulbright.com/en/knowledge/publications/fe64bdfd/eu-regulation-on-foreign-direct-investment-screening>.

⁴⁶ **European Commission.** Global Gateway. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway_en

crise. Ao comprometer a estabilidade econômica, os ataques cibernéticos geoeconômicos consolidam seu papel como instrumentos de poder no cenário global.⁴⁷

Blackwill e Harris apontam que a China utiliza ataques cibernéticos como uma ferramenta geoeconômica para proteger setores estratégicos e reforçar o controle econômico do Partido Comunista Chinês. Esses ataques frequentemente miram indústrias consideradas prioritárias, como tecnologia, energia e automotivo, ou surgem em resposta a grandes negócios que ameaçam o domínio do Partido sobre o mercado interno. Exemplos notáveis incluem o caso da Rio Tinto, alvo de ciberataques durante negociações com a estatal chinesa Chinalco, e a Coca-Cola, hackeada enquanto tentava adquirir a China Huiyuan Juice Group. Tais ações refletem a preocupação do governo chinês com potenciais ameaças à sua autoridade política e econômica, utilizando o ciberespaço para assegurar interesses estratégicos e prevenir a influência de empresas estrangeiras dentro de suas fronteiras.⁴⁸

A abordagem dos EUA em relação aos ataques cibernéticos reflete uma tentativa de manter uma linha vermelha ambígua para evitar que adversários planejem ataques abaixo de um limiar claramente definido, enquanto distinguem espionagem voltada para segurança nacional daquela com fins comerciais. Essa diferenciação, no entanto, não é bem compreendida pela China, onde interesses econômicos e de segurança do regime estão profundamente conectados. Apesar da promessa do presidente chinês Xi Jinping, em 2015, de cessar o roubo comercial, ataques cibernéticos atribuídos ao governo chinês continuaram evidenciando a desconfiança entre as nações. A percepção americana de separar segurança nacional e interesses comerciais contrasta com a visão chinesa, onde indústrias estatais são parte integral da infraestrutura de segurança, destacando as tensões culturais e estratégicas no uso de ferramentas geoeconômicas.⁴⁹

Assistência econômica

A ajuda internacional, como assistência militar e humanitária, é uma ferramenta geoeconômica tradicional usada para conquistar influência estratégica. Embora nem sempre tenha motivações explicitamente econômicas, sua fungibilidade permite liberar recursos para outros fins e, em casos específicos, pode ser projetada com objetivos econômicos claros. Essas formas de assistência interagem, ainda, com outras ferramentas de política geoeconômica, reforçando sua eficácia no alcance de metas estratégicas.⁵⁰

Blackwill e Harris compreendem que a assistência econômica bilateral, especialmente no contexto da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA), é uma ferramenta geoeconômica clara, frequentemente usada para alcançar objetivos estratégicos além do desenvolvimento. Exemplos recentes mostram como novos doadores, como os países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), direcionam recursos para estados com maior peso geopolítico, como o Egito, onde comprometeram bilhões de dólares para estabilizar o governo de el-Sissi após a remoção de Morsi. Essa estratégia gerou dividendos

⁴⁷ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 60

⁴⁸ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 63

⁴⁹ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 68

⁵⁰ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 68-69

geopolíticos, incluindo a assinatura da Declaração do Cairo em 2015, que consolidou laços econômicos e militares entre Egito e Arábia Saudita. A prática reflete uma tendência crescente de priorizar ganhos estratégicos sobre objetivos puramente de desenvolvimento.⁵¹

Os bancos de desenvolvimento estatais, como o BNDES no Brasil e o China Development Bank (CDB), podem ser considerados como ferramentas geoeconômicas estratégicas, na medida em que podem oferecer financiamentos substanciais a países em desenvolvimento em condições abaixo do mercado. Esses bancos fomentam o desenvolvimento econômico e ampliam a influência geopolítica de seus países de origem. Exemplos como o empréstimo de US\$ 40 bilhões do CDB para a Venezuela demonstram como essas instituições alavancam seus recursos para construir alianças estratégicas, consolidando relações econômicas e políticas em nível global.⁵²

A criação do Banco dos BRICS, capitalizado inicialmente em US\$ 100 bilhões, reforça a autonomia dos países emergentes no cenário financeiro global. Uma característica central é a garantia de participação das empresas estatais dos países membros nos projetos financiados, assegurando o protagonismo de seus "campeões nacionais".⁵³

Política financeira e monetária

As transformações recentes no cenário geopolítico e financeiro global sugerem o ressurgimento de uma geopolítica acentuada das políticas monetárias e financeiras, impulsionada por fatores como a ascensão do renminbi (RMB) como moeda internacional, esforços para reduzir a dependência global do dólar, o amadurecimento do euro e debates sobre políticas de flexibilização quantitativa. Nesse contexto, três canais de transmissão emergem como fundamentais para traduzir o poder monetário em influência geopolítica: a presença global de uma moeda, a capacidade de captar recursos a custos baixos e a habilidade de influenciar os custos de empréstimos de outros países. Embora esses canais já existissem, eles agora operam em um cenário transformado, caracterizado pela crescente globalização e pela ampliação do papel de economias emergentes, tornando suas dinâmicas mais complexas e imprevisíveis. Isso exige uma revisão das normas tradicionais que mantiveram separadas as esferas de diplomacia e finanças, que podem se mostrar inadequadas para lidar com os novos desafios estratégicos.⁵⁴

Os exemplos do Qatar e da Rússia ilustram como estados podem utilizar estratégias geoeconômicas, explícitas ou implícitas, para influenciar outros países por meio da manipulação de custos de empréstimos. Após a derrubada de Morsi no Egito, o Qatar triplicou sua participação em títulos do tesouro egípcio, usando-os como uma das poucas alternativas para manter alguma influência em um Egito hostil ao seu apoio anterior. De forma semelhante, a Rússia, ao oferecer um pacote financeiro favorável à Ucrânia em 2013, buscou redirecionar a política externa ucraniana para Moscou, mas utilizou os \$3

⁵¹ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 71

⁵² BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 73-74

⁵³ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 74

⁵⁴ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 75-76.

bilhões em bônus entregues como alavanca política durante a anexação da Crimeia e o apoio a separatistas.

Esses casos revelam lacunas no sistema financeiro global que pressupõe uma separação entre financiamento de mercado e patronato político. Os governos soberanos podem agir simultaneamente como atores de mercado e agentes políticos, explorando sua soberania para moldar crises financeiras em ferramentas de influência política, expondo a inadequação das normas atuais diante de tais práticas híbridas.⁵⁵

Energia e commodities

Energia e commodities desempenham um papel crucial na geoeconomia, não apenas como instrumentos de coerção, mas também como ferramentas estratégicas de aliança e cooperação. O Qatar, por exemplo, utiliza sua posição como fornecedor de 85% do gás natural do Reino Unido como uma "apólice de seguro" geopolítica, reforçando potenciais compromissos de segurança por parte de aliados como EUA, Reino Unido e OTAN. De maneira semelhante, a Arábia Saudita demonstra interesse mútuo ao permitir que o Bahrein produza petróleo de um campo saudita, fortalecendo o governo sunita do país e promovendo a estabilidade regional. Além disso, as decisões energéticas podem gerar consequências colaterais significativas, como no caso da venda de petroleiros da China ao Irã, que possibilitou a continuidade das exportações de petróleo iraniano, mesmo sob sanções, reduzindo a vulnerabilidade do Irã e garantindo acesso energético à China.⁵⁶

3.4 Guerras comerciais, tecnológicas e novas configurações

Rivalidade EUA – China

A rivalidade comercial e tecnológica entre EUA e China está no centro da transição para a nova ordem geoeconômica.

A guerra comercial mais explícita entre os Estados Unidos e a China começou em 2018 e se intensificou nos anos seguintes, envolvendo tarifas de importação, sanções e controle de exportações de ambos os lados. O conflito teve como objetivo principal equilibrar a balança comercial e combater práticas comerciais que Washington consideradas injustas, como o “roubo” de propriedade intelectual e a transferência forçada de tecnologia.

A guerra comercial também se expandiu para uma competição tecnológica, com os EUA impondo controles rígidos sobre a exportação de tecnologias avançadas, como semicondutores, para a China.⁵⁷ A China, por outro lado, busca intensificar seus esforços para alcançar autossuficiência tecnológica e reduzir sua dependência de fornecedores estrangeiros.⁵⁸ Nesse caso, China e EUA buscam a supremacia em setores críticos como inteligência artificial, semicondutores e redes 5G.

⁵⁵ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 81.

⁵⁶ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 86-87.

⁵⁷ KENNEDY, Scott. **U.S.-China Relations in 2024: Managing Competition Without Conflict**. CSIS – Center for Strategic & International Studies. 03.01.2024.

⁵⁸ HAKIM, Shirin; MOHSENI-CHERAGHLOU, Amin. *Geoeconomic Fragmentation and net-zero targets*. **Atlantic Council**. 16.04.2024. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/content-series/bretton-woods-2-0/geoeconomic-fragmentation-and-net-zero-targets/>

Em 2024, tentou-se evitar confronto mais amplo das relações comerciais entre os dois países. Em cúpula realizada antes do encontro dos líderes econômicos da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), os presidentes Biden e Xi Jinping anunciaram medidas para mitigar os riscos e melhorar a cooperação em áreas como energia renovável, controle de narcóticos e inteligência artificial. Apesar desses avanços, ainda há grande desconfiança e competição por poder e influência global.⁵⁹

União Europeia entre Estados Unidos e China

A União Europeia (UE), diante das tensões entre EUA e China, adota uma postura geoeconômica que busca fortalecer sua autonomia estratégica enquanto navega entre as duas superpotências. Com uma economia fortemente integrada ao sistema global de comércio e investimentos, a UE está especialmente vulnerável às interrupções nas cadeias de suprimentos globais, exacerbadas pela guerra comercial e tecnológica entre Washington e Pequim.⁶⁰

O lançamento do *European Chips Act* representa um esforço para desenvolver a capacidade europeia de produção de semicondutores, reduzindo a dependência da UE em relação a fornecedores asiáticos, particularmente Taiwan e China. A UE tem investido em políticas de *de-risking* e *friendshoring*, que visam realocar cadeias de valor para países aliados, minimizando riscos geopolíticos e assegurando a continuidade de suprimentos essenciais, como matérias-primas críticas e componentes tecnológicos.⁶¹

Essas políticas visam não apenas à resiliência econômica, mas também à capacidade da UE de projetar poder em um sistema global cada vez mais multipolar. A Europa, ao diversificar suas parcerias comerciais e de investimento, busca evitar um alinhamento automático com qualquer uma das superpotências, preservando sua autonomia e capacidade de influenciar a ordem geoeconômica global.

No Conselho Europeu de junho de 2023, os Estados-Membros da União Europeia reafirmaram a abordagem política multifacetada da UE em relação à China, delineada em sua perspectiva estratégica de 2019.⁶² A China é hoje considerada, ao mesmo tempo, parceira, competidora econômica e rival sistêmica da EU no âmbito da sua “Estratégia

⁵⁹ **The White House.** Readout of President Joe Biden’s Meeting with President Xi Jinping of the People’s Republic of China. 2024. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2024/11/16/readout-of-president-joe-bidens-meeting-with-president-xi-jinping-of-the-peoples-republic-of-china-3/>

⁶⁰ **European Parliament; Council of the European Union. Regulation - 2023/1781 - EN - EUR-Lex.** 18.09.2023, Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.L_.2023.229.01.0001.01.ENG
MCLELLAN, Eric. The European Chips Act: A Vital Step In the Right Direction. **Wilson Center.** 04.08.2023. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/european-chips-act-vital-step-right-direction>

⁶¹ Ibid.

⁶² O conceito de 'Open Strategic Autonomy' foi introduzido pela União Europeia para descrever sua abordagem de fortalecer a capacidade de ação autônoma em setores críticos, enquanto mantém seu compromisso com o comércio internacional baseado em regras. Diferente da tradicional 'autonomia estratégica', esta nova abordagem visa proteger os interesses estratégicos da UE sem recorrer ao protecionismo, equilibrando independência e abertura ao comércio global. Ver: **European Commission,** JRC publishes foresight report on the future of the EU’s Open Strategic Autonomy. 2021. Disponível em: https://joint-research-centre.ec.europa.eu/jrc-news-and-updates/future-eus-open-strategic-autonomy-2021-09-08_en

Multidimensional”. A nova visão trouxe mudança significativa no relacionamento entre China e EU. O relacionamento que antes era pautado por oportunidades econômicas, passou a ganhar contornos mais críticos e estratégicos.

A UE enfrenta o desafio de proteger suas indústrias estratégicas e garantir a resiliência de suas cadeias de suprimentos, bem como seus mercados para exportações. A pandemia e a guerra na Ucrânia expuseram a vulnerabilidade da UE à dependência de recursos energéticos e industriais externos, levando o bloco a adotar uma postura mais assertiva em relação à triagem de investimentos estrangeiros e à diversificação de suas fontes de energia. A UE passou a investir em tecnologias verdes para liderar a transição energética e reduzir a dependência de combustíveis fósseis, enquanto busca fortalecer sua posição geoeconômica no cenário global.⁶³

A Estratégia de Autossuficiência Tecnológica da China

A resposta chinesa à crescente pressão dos Estados Unidos no contexto da guerra tecnológica tem sido uma busca estratégica pela autossuficiência, focada na promoção de inovação doméstica e redução da dependência de tecnologias estrangeiras. Essa estratégia está alinhada com a política de "circulação dual" (*dual circulation*), anunciada pelo governo chinês em 2020, que visa criar equilíbrio entre o crescimento interno e a participação no mercado global. A “circulação interna” diz respeito ao fortalecimento do mercado doméstico e à capacidade de produção interna, enquanto a “circulação externa” envolve a integração com mercados internacionais quando houver vantagem estratégica.⁶⁴

A intensificação das sanções americanas, como as impostas à Huawei e à ZTE, reforçou a percepção de que a dependência de tecnologias críticas de países estrangeiros representa um risco estratégico significativo. Em resposta, a China acelerou o desenvolvimento de alternativas domésticas em setores essenciais, como semicondutores e redes 5G. A estratégia de circulação dual também busca aumentar a resiliência econômica chinesa, especialmente em meio à crescente incerteza global e à desaceleração da globalização observada nas democracias ocidentais.⁶⁵

A Reconfiguração das Cadeias de Suprimento

A pandemia de COVID-19 e as tensões comerciais exacerbaram a necessidade de reconfigurar as cadeias de suprimento globais. Empresas e governos, em todo o mundo, agora buscam diversificar suas fontes de insumos críticos, reduzindo a dependência de um único fornecedor. EUA e UE passaram a fortalecer suas políticas de triagem de investimentos e adotar medidas para garantir a segurança de suprimentos essenciais, como semicondutores e medicamentos.

⁶³ HAKIM, Shirin; MOHSENI-CHERAGHLOU, Amin. Geoeconomic Fragmentation and net-zero targets. **Atlantic Council**. 16.04.2024. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/content-series/bretton-woods-2-0/geoeconomic-fragmentation-and-net-zero-targets/>

⁶⁴ GARCIA HERRERO, Alicia, What is behind China's Dual Circulation Strategy?, **Bruegel**: The Brussels-based economic think tank. 2021. Disponível em: <<https://www.bruegel.org/report/what-behind-chinas-dual-circulation-strategy>>. Acesso em: 30 set. 2024.

⁶⁵ BLANCHETTE, Jude; POLK, Andrew, Dual Circulation and China's New Hedged Integration Strategy, **Center for Strategic and International Studies**, 2020. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/dual-circulation-and-chinas-new-hedged-integration-strategy>

A pandemia de COVID-19 abalou as cadeias de suprimento globais, que ainda não se recuperaram completamente. No campo privado, envolvendo empresas, muitos gestores que anteriormente seguiam os princípios de gestão "enxuta", como o *just-in-time* (gestão de estoque em tempo real), agora adotam abordagem oposta, conhecida como *just-in-case* (gestão de estoque de segurança). A tendência de simplesmente *super estocar* com estratégia de estoque *just-in-case*, pouco planejada, resultou em aumento significativo dos estoques globais nos setores de varejo, atacado e manufatura. Exemplo ocorreu no setor de vestuário, onde a prática era de compradores fazerem pedidos para a alta temporada com seis meses de antecedência. Com alta volatilidade, as previsões de demanda não se enquadraram na demanda real, com o consequente aumento de risco de estoques insuficiente para as temporadas ou obrigatoriedade de descontos pelo excesso de estoque.⁶⁶

Corrida por Recursos Naturais e Disputas de Energia

Mudanças climáticas obrigaram países a adotarem políticas de transição energética para substituírem economias baseadas em combustíveis fósseis. Minerais críticos desempenham papel fundamental nessa mudança, especialmente na busca por fontes mais limpas de eletricidade. A crescente adoção de veículos elétricos (EVs) transformou o mercado global de baterias em um dos principais impulsionadores do processo, já que parte substancial dos custos dos EVs está relacionada à produção de baterias, cuja composição depende fortemente desses minerais.⁶⁷

O mercado global de minerais críticos é dominado por poucos países, com a China liderando tanto na produção quanto no processamento e manufatura. A China controla uma grande parte da cadeia de valor global, especialmente em cobalto, cobre, lítio e elementos de terras raras, além de ser a maior consumidora desses recursos. O domínio chinês se decorre da adoção de políticas de longo prazo que incentivaram o desenvolvimento de indústrias estratégicas e à expansão de investimentos em países ricos em recursos naturais, como investimentos da China na África. No entanto, a concentração do mercado está conduzindo outros países a buscarem alternativas para reduzir a dependência da China e garantir a segurança de suas cadeias de suprimentos.⁶⁸

Governos e empresas em todo o mundo estão mobilizando esforços na mineração, transporte, processamento e manufatura de produtos derivados desses minerais, para garantir a segurança e o controle da cadeia de valor. Países com grandes reservas de minerais críticos estão, assim, desenvolvendo novas estratégias de investimento e políticas públicas, buscando maximizar os benefícios econômicos, sociais e de segurança nacional que tais recursos podem proporcionar⁶⁹. As empresas chinesas estão enfrentando um ambiente desafiador, com crescente reação política em economias anfitriãs, particularmente nos EUA, ao mesmo tempo que enfrentam preocupações de Beijing sobre

⁶⁶ COLEHOWER, Jonatham. Using Technology to Improve Supply-Chain Resilience. **Harvard Business Review**. 25.09.2023. Disponível em: <https://hbr.org/2023/09/using-technology-to-improve-supply-chain-resilience>

⁶⁷ BURKE, Sharon E. *et al*, Critical minerals: Global Supply Chains and Indo-Pacific Geopolitics, Washington: **The National Bureau of Asian Research**, 2022. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/critical-minerals-global-supply-chains-and-indo-pacific-geopolitics/>

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ BURKE, Sharon E. *et al*, **Critical minerals: Global Supply Chains and Indo-Pacific Geopolitics**, Washington: **The National Bureau of Asian Research**, 2022. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/critical-minerals-global-supply-chains-and-indo-pacific-geopolitics/>

a transferência de tecnologia e a produção de valor agregado fora da China, justamente quando o país precisa impulsionar seu crescimento econômico doméstico.⁷⁰

3.5 A China e os *middle states* como atores da Geoeconomia na ordem global

O papel da China

A China, além de ser alvo, é também considerada como importante praticante da geoeconomia contemporânea, notadamente junto aos países do Sul Global. O país utiliza instrumentos econômicos para ampliar sua influência global, seja por meio da Iniciativa do Cinturão e Rota, seja por meio de empréstimos em infraestrutura nesses países.

A China tem utilizado financiamentos como parte de sua estratégia de engajamento com países do Sul Global, especialmente através da Iniciativa do Cinturão e Rota e de instituições como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB). Esses empréstimos muitas vezes vêm na forma de assistência financeira para projetos de infraestrutura, como construção de estradas, portos e ferrovias em países da África, América Latina e Sudeste Asiático. Essa abordagem combina direito internacional público e privado, criando uma ordem jurídica transnacional sino-cêntrica que utiliza tratados e contratos para facilitar a integração econômica, com a China no centro dessa rede.

Entre 2013 e 2018, a China alocou cerca de 42 bilhões de dólares em assistência externa, incluindo doações, empréstimos sem juros e empréstimos concessionais, dos quais aproximadamente 45% foram direcionados para países africanos. Em 2022, a China perdoou 23 empréstimos sem juros para 17 países africanos e redirecionou 10 bilhões de dólares de suas reservas do FMI para apoiar nações africanas⁷¹. Esses acordos, muitas vezes estruturados através de memorandos de entendimento e tratados bilaterais de investimento, refletem a estratégia da China de consolidar sua posição como um polo central de desenvolvimento econômico, particularmente em regiões onde o financiamento ocidental é limitado ou onde as condições de empréstimo são mais rigorosas⁷².

A China tem sido descrita como o "emprestador de última instância" para países em desenvolvimento, realizando 128 operações de resgate em 22 países entre 2020 e 2021, totalizando 240 bilhões de dólares. Por exemplo, o Sri Lanka deve à China cerca de 7,4 bilhões de dólares, representando quase um quinto da dívida pública do país. Em resposta à crise da dívida do Sri Lanka, a China ofereceu uma moratória de dois anos sobre a dívida em 2023⁷³. Esse modelo de financiamento, além de fortalecer os laços econômicos com os países receptores, também proporciona à China maior influência política e econômica,

⁷⁰ SEBASTIAN; GOUJON; MEYER, Pole Position: Chinese EV Investments Boom Amid Growing Political Backlash **Rhodium Group**, 2024. Disponível em: <https://rhg.com/research/pole-position-chinese-ev-investments-boom-amid-growing-political-backlash/>

⁷¹ SCHUMAN, Michael; FULTON, Jonathan; Gering, Tuvia. How Beijing's newest global initiatives seek to remake the World Order. **Atlantic Council**. 21.06.2023. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/how-beijings-newest-global-initiatives-seek-to-remake-the-world-order/>

⁷² SHAFFER, G.; GAO, H. A New Chinese Economic Law Order? Em: SHAFFER, G. (Ed.). **Emerging Powers and the World Trading System: The Past and Future of International Economic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 222–268. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/sol_research/3740/

⁷³ Ibid.

permitindo que ela construa um sistema de governança transnacional que desafia o modelo ocidental liderado por instituições como o FMI e o Banco Mundial⁷⁴.

A estratégia geoeconômica da China se diferencia dos modelos ocidentais por não exigir reformas internas nos países receptores, como padrões trabalhistas ou ambientais, e por promover um modelo de governança econômica pragmático, centrado em infraestrutura e inovação. Ao mesmo tempo em que a China se posiciona como uma defensora do sistema multilateral, participando de instituições como a OMC, cria uma rede paralela de tratados e parcerias bilaterais que reforçam sua autonomia estratégica em caso de colapso do sistema multilateral⁷⁵. Assim, a China equilibra sua participação nas instituições globais com a construção de uma ordem econômica sino-cêntrica, oferecendo uma alternativa viável para países em desenvolvimento que buscam financiamento e parcerias fora do alcance ocidental tradicional.

A abordagem chinesa inclui a integração estratégica de seus parceiros comerciais e de investimento em cadeias de valor globais que são lideradas pela própria China. A criação de zonas econômicas especiais e projetos de infraestrutura, como portos e ferrovias, facilitam a exportação de excedentes industriais chineses, e permitem que a China obtenha acesso privilegiado a recursos naturais, como minerais e combustíveis fósseis. Esse modelo de interdependência econômica não só fortalece a posição da China como potência global, mas também oferece aos países do Sul Global uma alternativa tangível de desenvolvimento sem a pressão política e econômica tradicionalmente associada aos financiamentos ocidentais. Isso, por sua vez, consolida o papel da China como uma potência econômica e política hegemônica em várias regiões do mundo.⁷⁶

Os autores Shaffer e Gao compararam a abordagem ocidental e chinesa de governança econômica:

Tabela 1: Comparação entre Consenso de Washington e Consenso de Beijing

Aspecto	Consenso de Washington	Consenso de Beijing
Sistema político	Democracia liberal	Governo autoritário
Modelo de desenvolvimento econômico	Economia de mercado laissez-faire com pouca intervenção governamental, como política industrial	Política industrial com forte intervenção estatal; empresas estatais para setores críticos
Políticas de comércio e investimento	Abertura econômica com poucas restrições ao comércio e ao investimento estrangeiro	Abertura limitada com muitas restrições expressas ou de fato sobre comércio e investimento estrangeiro

⁷⁴ SHAFFER, G.; GAO, H. A New Chinese Economic Law Order? Em: SHAFFER, G. (Ed.). **Emerging Powers and the World Trading System: The Past and Future of International Economic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 222–268. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/sol_research/3740/

⁷⁵ SHAFFER, G.; GAO, H. A New Chinese Economic Law Order? Em: SHAFFER, G. (Ed.). **Emerging Powers and the World Trading System: The Past and Future of International Economic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 222–268. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/sol_research/3740/

⁷⁶ SHAFFER, G.; GAO, H. A New Chinese Economic Law Order? Em: SHAFFER, G. (Ed.). **Emerging Powers and the World Trading System: The Past and Future of International Economic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 222–268. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/sol_research/3740/

Política externa	Promoção de ideais democráticos, liberais e de mercado	Não-interferência, soberania e autodeterminação
Rigidez doutrinária	Rígido em termos de prescrições legais quanto aos direitos	Não-prescritivo ideologicamente; experimentação através de tentativa e erro

Fonte: SHAFFER, G.; GAO, H. A New Chinese Economic Law Order? Em: SHAFFER, G. (Ed.). **Emerging Powers and the World Trading System: The Past and Future of International Economic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 222–268. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/sol_research/3740/

Tradução livre

Por outro lado, a expansão geoeconômica chinesa através de instrumentos como a BRI tem levantado críticas, particularmente quanto ao fenômeno da chamada "armadilha da dívida". Países como o Sri Lanka e o Quênia, que dependem fortemente dos empréstimos chineses, enfrentam dificuldades em honrar essas dívidas, o que leva a preocupações sobre a soberania nacional e a influência política que a China pode exercer em troca de concessões econômicas e políticas. Embora a China tenha se esforçado para reformular sua imagem global como um parceiro de desenvolvimento confiável e não intervencionista, essas críticas revelam os desafios subjacentes a essa expansão econômica. Embora o modelo geoeconômico da China ofereça oportunidades significativas para o desenvolvimento econômico de seus parceiros, ele também levanta questões sobre os custos de longo prazo dessa dependência econômica.⁷⁷

O papel da Índia

A Índia emerge como o principal *swing state*⁷⁸ na nova ordem geopolítica e geoeconômica global, utilizando sua posição estratégica para equilibrar suas relações com EUA e China. Com um crescimento econômico robusto e um papel cada vez mais relevante na política internacional, a Índia adota uma estratégia geoeconômica pragmática e flexível, buscando maximizar os benefícios de suas parcerias com ambas as superpotências.⁷⁹

No campo comercial, a Índia mantém relações comerciais robustas com a China, mas também participa ativamente do *Quadrilateral Security Dialogue* (Quad), ao lado de EUA, Japão e Austrália, como parte de uma estratégia para contrabalançar a influência chinesa na Ásia-Pacífico. Essa dualidade permite à Índia negociar melhores termos em

⁷⁷ SHAFFER, G.; GAO, H. A New Chinese Economic Law Order? Em: SHAFFER, G. (Ed.). **Emerging Powers and the World Trading System: The Past and Future of International Economic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 222–268.

Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/sol_research/3740/

⁷⁸ Swing States são países que não estão plenamente alinhados com nenhuma das superpotências – Estados Unidos ou China – e que possuem flexibilidade para influenciar dinâmicas de poder em um mundo multipolar. Esses Estados têm a capacidade de *oscilar* entre as grandes potências em questões específicas, utilizando sua posição para maximizar seus próprios interesses nacionais. (tradução livre). (KUPCHAN, Cliff. Swing States Will Decide the Future of Geopolitics. **Foreign Policy**, 06.06.2023. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/06/06/geopolitics-global-south-middle-powers-swing-states-india-brazil-turkey-indonesia-saudi-arabia-south-africa/>).

⁷⁹ YILMAZ, Şuhnaz. Middle Powers and Regional Powers. **Oxford Bibliographies**. 27.09.2017. Disponível em: <https://www.oxfordbibliographies.com/display/document/obo-9780199743292/obo-9780199743292-0222.xml> KUPCHAN, Cliff. Swing States Will Decide the Future of Geopolitics. **Foreign Policy**, 06.06.2023. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/06/06/geopolitics-global-south-middle-powers-swing-states-india-brazil-turkey-indonesia-saudi-arabia-south-africa> PERTHES, Volker. Dimensions of rivalry: China, the United States, and Europe. **China International Strategy Review**, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/journal/42533>

suas relações comerciais e de investimento, utilizando a competição geoeconômica entre Washington e Pequim a seu favor.⁸⁰

A Índia busca expandir sua influência em fóruns multilaterais e na governança global, contribuindo para questões como segurança energética, mudanças climáticas e comércio de tecnologias avançadas. Sua posição de não alinhamento ativo e a capacidade de mediar conflitos a tornam um ator-chave na formação de uma nova ordem geoeconômica, na qual potências regionais emergem como protagonistas capazes de moldar as dinâmicas globais.⁸¹

O papel do Brasil

O Brasil adota uma política externa pendular, equilibrando suas relações com as superpotências para maximizar suas oportunidades econômicas e estratégicas. No contexto da guerra comercial e tecnológica EUA - China, o Brasil viu suas exportações de *commodities* para a China crescerem significativamente, especialmente em setores como soja e minério de ferro, aproveitando o espaço deixado pelo recuo das exportações norte-americanas.⁸²

Contudo, essa dependência comercial acentuada com a China também representa riscos geoeconômicos, pois o Brasil se torna vulnerável às flutuações da demanda chinesa e à supercapacidade do país asiático em setores como o aço. Para mitigar esses riscos, o Brasil busca diversificar seus mercados de exportação e atrair investimentos estrangeiros em setores estratégicos, como infraestrutura e tecnologia, sem perder de vista a necessidade de proteger sua indústria doméstica contra práticas de *dumping* e concorrência desleal.⁸³

Como membro do BRICS+, o Brasil procura atuar entre as superpotências, mantendo posição de liderança regional e utilizando fóruns multilaterais para defender seus interesses econômicos. Essa abordagem pendular permite ao Brasil extrair benefícios tanto da competição sino-americana quanto de cooperação com parceiros europeus e de outros mercados emergentes.⁸⁴

O Brasil pode desempenhar papel fundamental como fornecedor de recursos naturais e *commodities*, tais como soja, minério de ferro e petróleo. Com grandes reservas de minerais críticos como o lítio e o nióbio. Além de ser um dos maiores produtores de petróleo e *commodities* agrícolas, o Brasil está em uma posição estratégica para atender à demanda global crescente por esses recursos. No entanto, a falta de políticas industriais

⁸⁰ COLLEY, Christopher. The Emerging Great Game. **Stimson Center**. 08.04.2024. Disponível em: <https://www.stimson.org/2024/emerging-great-game-china-india-america-engagement/>

⁸¹ GEWIRTZ, Paul. China, the United States, and the future of a rules-based international order. **Brookings Institution**. 22.07.2024. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/china-the-united-states-and-the-future-of-a-rules-based-international-order/>

⁸² KALOUT, Hussein; GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Uma política externa pendular entre EUA e China: o Brasil se protegendo para sobreviver**. **CEBRI-Revista**, Ano 1, No. 4, Out-Dez 2022. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/57/uma-politica-externa-pendular-entre-eua-e-china-o-brasil-se-protendo-para-sobreviver>

⁸³ OLANDER, Eric. **The Impact of Chinese Overcapacity on Developing Countries**. The China-Global South Project. 04.07.2024.

⁸⁴ YILMAZ, Şuhnaz. **Middle Powers and Regional Powers**. Oxford Bibliographies. 27.09.2017.

MEHMOOD, Zaeem Hassan; KHAN, Ramla. **Revisiting the US-China Trade War: A Strategic Assessment**. AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, 2021.

robustas e infraestrutura adequada limita o potencial do país de agregar valor às suas exportações e de participar de forma mais integrada nas cadeias de valor globais.⁸⁵

3.6 Desafios e Oportunidades na Era Geoeconômica

A geoeconomia contemporânea apresenta tanto desafios quanto oportunidades para os Estados. Uma análise de desafios e oportunidades é realizada por Roberts, Choer de Moraes e Ferguson.⁸⁶ Para os autores, um dos principais desafios é a necessidade de equilibrar a defesa de interesses nacionais com a manutenção de um sistema econômico global aberto. Nesse sentido, a crescente rivalidade tecnológica e comercial entre Estados Unidos e China traz consequências profundas para a governança econômica global. Essas duas potências, jogando em estilos diferentes no campo geoeconômico, destacam suas vantagens competitivas para moldar a ordem global emergente. Roberts ilustra a diferença indicando que enquanto os EUA adotam uma abordagem mais descentralizada e fluida, a China se organiza de maneira mais coordenada e protegida. Essa competição intensifica as complexidades do cenário internacional, onde as interações econômicas entre esses gigantes afetam diretamente as regras do jogo global.

A competição geoeconômica pode levar a uma fragmentação do sistema internacional, com blocos econômicos rivais emergindo e uma maior instabilidade global. A guerra comercial entre EUA e China e as sanções econômicas impostas à Rússia após a invasão da Ucrânia são exemplos de como as disputas econômicas estão exacerbando tensões geopolíticas. Isso pode levar a um mundo mais dividido, com blocos econômicos rivais e uma diminuição na cooperação multilateral. Ademais, o abandono do cumprimento de regras do Direito Econômico Internacional, impulsionado pela competição entre grandes potências, enfraquece os mecanismos jurídicos internacionais e amplia o espaço para decisões políticas e econômicas controladas domesticamente. Estados Unidos e China, por exemplo, têm limitado as discussões de questões críticas nos organismos internacionais, resultando em cenário menos previsível, onde a politização das relações comerciais aumenta o risco de tensões⁸⁷.

No entanto, para Roberts, Moraes e Ferguson, a geoeconomia também oferece oportunidades para a cooperação em questões de interesse comum, como mudanças climáticas e segurança energética. Esse cenário fragmentado se reflete no conceito de "multilateralismo seletivo", em que as potências têm dificuldades para alcançar consensos multilaterais. Isso se deve, em parte, à alegação dos EUA de que a China não está aderindo completamente às regras de mercado livre, enquanto a China afirma que suas práticas estão de acordo com as normas vigentes. Tal divergência pode resultar em soluções

⁸⁵ MANNING, Robert A. **Trade and financial fragmentation: New challenges to global stability** – Atlantic Council. 07.07.2020. MOREIRA, Assis – Genebra. **U.S. wants more access to critical minerals from Brazil**. Valor Econômico – International. 19.09.2022.

⁸⁶ ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. **Toward a Geoeconomic Order**, *Journal of International Economic Law*, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

⁸⁷ ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. **Toward a Geoeconomic Order**, *Journal of International Economic Law*, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

fragmentadas, com blocos econômicos regionais atuando como mediadores, como o papel crescente da União Europeia⁸⁸.

A transição para uma economia global menos dependente de combustíveis fósseis também cria oportunidades para a cooperação internacional. Questões como segurança energética, mudança climática e desenvolvimento sustentável podem se beneficiar de uma abordagem geoeconômica integrada, onde países colaboram para enfrentar desafios comuns e reduzir riscos econômicos e geopolíticos. No entanto, ao mesmo tempo que tais desafios globais promovem cooperação, grandes potências como China e EUA buscam criar suas próprias esferas de influência, promovendo blocos de independência em áreas como cadeias de suprimentos e infraestrutura digital. Enquanto os EUA tentam restringir a participação de empresas chinesas em setores estratégicos como o 5G, a China promove a Rota da Seda Digital e avança com medidas de desacoplamento tecnológico. Essa criação de setores de influência pressiona países menores a escolher entre as duas potências, gerando novas formas de rivalidade no cenário global⁸⁹.

Papel relevante passa a ser desempenhado pelas grandes corporações multinacionais que passam a ser foco das disputas geoeconômicas, muitas vezes servindo como instrumentos de políticas estatais ou como atores independentes que influenciam as relações internacionais. Empresas de tecnologia como a Apple e a Huawei são diretamente impactadas pelas políticas de controle de exportação dos EUA e da China, enquanto empresas de energia, como a Shell e a Petrobras, enfrentam desafios para se adaptar a um ambiente regulatório cada vez mais voltado para a sustentabilidade. A pressão para realocar cadeias de suprimento e a adoção de estratégias de diversificação de fornecedores também afeta diretamente o comportamento dessas empresas.⁹⁰

Por fim, ainda que ambos os lados tentem criar independência em áreas críticas, como sistemas de Tecnologia, Inovação e Comunicação (TIC) e cadeias de suprimentos, observa-se uma convergência gradual entre os estilos de estratégias de EUA e China, com a China passando a adotar um modelo mais ágil e descentralizado, e os EUA passando a promover uma coordenação mais robusta e defensiva, exemplificada por políticas industriais e maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Essa adaptação mútua demonstra que, apesar das diferenças, as duas potências ajustam suas estratégias para competir de forma mais eficaz em um cenário global marcado pela rivalidade geoeconômica.⁹¹

⁸⁸ ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. Toward a Geoeconomic Order, **Journal of International Economic Law**, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

⁸⁹ ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. Toward a Geoeconomic Order, **Journal of International Economic Law**, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

⁹⁰ MOHSENI-CHERAGHLOU, Amin. Geoeconomic Fragmentation is threatening the green energy transition. **Atlantic Council**. 30.11.2023. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/econographics/geoeconomic-fragmentation-is-threatening-the-green-energy-transition/>

⁹¹ ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. Toward a Geoeconomic Order, **Journal of International Economic Law**, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

3.6 Conclusões

A geoeconomia contemporânea reflete cenário global complexo e dinâmico, onde grandes potências e as corporações multinacionais lutam para equilibrar interesses nacionais com a necessidade de manter um sistema econômico global funcional. O *status quo* geoeconômico é moldado por vários fatores, incluindo a competição econômica e tecnológica entre Estados Unidos e China, as políticas protecionistas da União Europeia, o papel crescente do Brasil como fornecedor de recursos naturais e da Índia como grande produtor industrial.

Apesar dos desafios, a geoeconomia oferece oportunidades significativas para a cooperação internacional, especialmente em áreas como segurança energética e mudanças climáticas. A transição para uma economia menos dependente de combustíveis fósseis requer um esforço conjunto entre as principais economias para desenvolver e implementar tecnologias limpas. A cooperação em energia renovável e a diversificação de fontes de minerais críticos são exemplos de como a geoeconomia pode ser utilizada para promover um desenvolvimento sustentável e resiliente.

Em resumo, o cenário geoeconômico atual é marcado por uma competição acirrada entre grandes potências e desafios estruturais para manter um sistema econômico global estável. No entanto, há espaço para a cooperação, especialmente, em questões globais que exigem esforços coletivos.

REFERÊNCIAS

BABIĆ, Milan; DIXON, Adam D.; LIU, Imogen T., *Geoeconomics in a Changing Global Order*, in: BABIĆ, Milan; DIXON, Adam D.; LIU, Imogen T. (Orgs.), **The Political Economy of Geoeconomics: Europe in a Changing World**, Cham: Springer International Publishing, 2022, p. 1–27. Disponível em: <https://forskning.ruc.dk/en/publications/geoeconomics-in-a-changing-global-order>

BENSON, Emily. Semiconductor Export Controls. **CSIS – Center for Strategic & International Studies**. 18.10.2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/updated-october-7-semiconductor-export-controls>

BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**, 2016.

BLANCHETTE, Jude; POLK, Andrew, Dual Circulation and China's New Hedged Integration Strategy, **Center for Strategic and International Studies**, 2020. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/dual-circulation-and-chinas-new-hedged-integration-strategy>

BURKE, Sharon E. *et al*, Critical minerals: Global Supply Chains and Indo-Pacific Geopolitics, Washington: **The National Bureau of Asian Research**, 2022. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/critical-minerals-global-supply-chains-and-indo-pacific-geopolitics/>

COLEHOWER, Jonatham. Using Technology to Improve Supply-Chain Resilience. **Harvard Business Review**. 25.09.2023. Disponível em: <https://hbr.org/2023/09/using-technology-to-improve-supply-chain-resilience>

COLLEY, Christopher. The Emerging Great Game. **Stimson Center**. 08.04.2024. Disponível em: <https://www.stimson.org/2024/emerging-great-game-china-india-america-engagement/>

DOHMEN, Hanna; FELDGOISE, Jacob; KUPCHAN, Charles. The Limits of the China Chip Ban. **Foreign Affairs**. 24.07.2024. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/china/limits-china-chip-ban>

European Commission, JRC publishes foresight report on the future of the EU's Open Strategic Autonomy. 2021. Disponível em: https://joint-research-centre.ec.europa.eu/jrc-news-and-updates/future-eus-open-strategic-autonomy-2021-09-08_en

European Commission. Global Gateway. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway_en

European Parliament; Council of the European Union. Regulation - 2023/1781 - EN - EUR-Lex. 18.09.2023, Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.L_.2023.229.01.0001.01.ENG

FARRELL, Henry; NEWMAN, Abraham L. Weaponized Interdependence: How Global Economic Networks Shape State Coercion. **International Security Journal** – MIT Press Direct, 2019. Disponível em: <https://direct.mit.edu/isec/article/44/1/42/12237/Weaponized-Interdependence-How-Global-Economic>

FERGUSON, Victor; LIM, Darren, Economic Power and Vulnerability in Sino-Australian Relations (October 24, 2020). In: Linda Jaivin, Jane Golley, and Sharon Strange (eds), **China Story Yearbook: Crisis**, (ANU Press, Canberra, 2021), DOI: <http://doi.org/10.22459/CSY.2021.09>

GARCIA HERRERO, Alicia, What is behind China's Dual Circulation Strategy?, **Bruegel**: The Brussels-based economic think tank. 2021. Disponível em: <https://www.bruegel.org/report/what-behind-chinas-dual-circulation-strategy>. Acesso em: 30 set. 2024.

GEWIRTZ, Paul. China, the United States, and the future of a rules-based international order. **Brookings Institution**. 22.07.2024. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/china-the-united-states-and-the-future-of-a-rules-based-international-order/>

HAKIM, Shirin; MOHSENI-CHERAGHLOU, Amin. Geoeconomic Fragmentation and net-zero targets. **Atlantic Council**. 16.04.2024. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/content-series/bretton-woods-2-0/geoeconomic-fragmentation-and-net-zero-targets/>

KALOUT, Hussein; GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Uma política externa pendular entre EUA e China: o Brasil se protegendo para sobreviver**. **CEBRI-Revista**, Ano 1, No. 4, Out-Dez 2022. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/57/uma-politica-externa-pendular-entre-eua-e-china-o-brasil-se-protendendo-para-sobreviver>

KUPCHAN, Cliff. Swing States Will Decide the Future of Geopolitics. **Foreign Policy**, 06.06.2023. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/06/06/geopolitics-global-south-middle-powers-swing-states-india-brazil-turkey-indonesia-saudi-arabia-south-africa/>

MCLELLAN, Eric. The European Chips Act: A Vital Step In the Right Direction. **Wilson Center**. 04.08.2023. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/european-chips-act-vital-step-right-direction>

MODRALL, Jay, EU Regulation on Foreign Direct Investment Screening, **Norton Rose Fulbright**. Disponível em: <https://www.nortonrosefulbright.com/en/knowledge/publications/fe64bdfd/eu-regulation-on-foreign-direct-investment-screening>.

MOHSENI-CHERAGHLOU, Amin. Geoeconomic Fragmentation is threatening the green energy transition. **Atlantic Council**. 30.11.2023. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/econographics/geoeconomic-fragmentation-is-threatening-the-green-energy-transition/>

PERTHES, Volker. Dimensions of rivalry: China, the United States, and Europe. **China International Strategy Review**, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/journal/42533>

ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. Toward a Geoeconomic Order, **Journal of International Economic Law**, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

SCHUMAN, Michael; FULTON, Jonathan; Gering, Tuvia. How Beijing's newest global initiatives seek to remake the World Order. **Atlantic Council**. 21.06.2023. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/how-beijings-newest-global-initiatives-seek-to-remake-the-world-order/>

SEBASTIAN; GOUJON; MEYER, Pole Position: Chinese EV Investments Boom Amid Growing Political Backlash **Rhodium Group**, 2024. Disponível em: <https://rhg.com/research/pole-position-chinese-ev-investments-boom-amid-growing-political-backlash/>

SHAFFER, G.; GAO, H. A New Chinese Economic Law Order? Em: SHAFFER, G. (Ed.). **Emerging Powers and the World Trading System: The Past and Future of International Economic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 222–268. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/sol_research/3740/

STEIL, Benn; ROCCA, Benjamin Della, Tariffs and the Trade Balance: How Trump Validated His Critics. **Council on Foreign Relations**, 2021 Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/tariffs-and-trade-balance-how-trump-validated-his-critics>

The White House. Readout of President Joe Biden's Meeting with President Xi Jinping of the People's Republic of China. 2024. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2024/11/16/readout-of-president-joe-bidens-meeting-with-president-xi-jinping-of-the-peoples-republic-of-china-3/>

U.S Department of the Treasury. The Committee on Foreign Investment in the United States (CFIUS). Disponível em: <https://home.treasury.gov/policy-issues/international/the-committee-on-foreign-investment-in-the-united-states-cfius>

YILMAZ, Şuhnaz. Middle Powers and Regional Powers. **Oxford Bibliographies**. 27.09.2017. Disponível em: <https://www.oxfordbibliographies.com/display/document/obo-9780199743292/obo-9780199743292-0222.xml>

4. GEOECONOMIA: ESTRATÉGIAS DAS CORPORAÇÕES NA NOVA ORDEM ECONÔMICA

Magali Fernandes⁹²
Vera Kanas⁹³
Anna Cortellini⁹⁴
Catherine Rebouças Mota⁹⁵

4.1 Introdução: Geoeconomia e análise de riscos geopolíticos no mundo corporativo

A última década pode ser caracterizada por uma crescente instrumentalização da Economia para fins geopolíticos, marcando o início de uma nova era nas relações entre os Estados. Altera-se também, de forma significativa, as relações entre o Estado e as empresas, influenciando, em última análise, a própria governança corporativa⁹⁶.

A rivalidade entre Estados Unidos e China e os meios utilizados por ambas as potências para buscar desacoplar (*decoupling*) ou diminuir os riscos (*de-risking*) de suas economias, hoje altamente interdependentes, provocam reações em cadeia por parte de países que também possuem relativa capacidade de articulação e resposta a esse novo contexto⁹⁷.

Associado a esse movimento, mas com origens diversas, os efeitos da pandemia nas cadeias de suprimento, a crise climática e o retorno de conflitos políticos-ideológicos (Rússia-Ucrânia; Israel-Irã) fomentam o uso pelos Estados de instrumentos geoeconômicos, como sanções econômicas, controles à exportação, mecanismos de restrição a investimentos externos, políticas de segurança para minerais críticos e formas variadas de protecionismo tecnológico.

As relações entre Estados e o mercado também vem se redefinindo. Estados voltam a intervir na economia, com políticas industriais cuidadosamente talhadas para a competição geopolítica e tecnológica. No setor privado, as empresas multinacionais

⁹² Doutora em Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV Direito SP) e LL.M. em International Legal Studies, pela Washington College of Law, American University, Washington, DC. Pesquisadora do Centro de Estudos de Comércio Global e Investimentos (CCGI), vinculado à Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Direito Global (CPDG) da FGV Direito Rio.

⁹³ Sócia de VK LAW desde março de 2024. Foi sócia responsável pela área de Comércio Internacional em TozziniFreire Advogados de 2011 a 2024. Advogada com mais de 20 anos de experiência em comércio internacional, auxiliando empresas brasileiras e estrangeiras em questões relacionadas a defesa comercial, acordos internacionais, operações de importação e exportação e logística de suprimentos, direito aduaneiro e trade compliance. Mestrado em Direito Internacional Econômico pela Université de Paris I Panthéon-Sorbonne e Doutorado em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

⁹⁴ Doutoranda na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

⁹⁵ Pesquisadora do Centro de Estudos de Comércio Global e Investimentos vinculado à Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Doutora em Direito pela Universidade Federal do Ceará.

⁹⁶ MILHAUPT, Curtis J. Corporate Governance in an Era of Geoeconomics. **ECGI Working Papers Series in Law**. July 8, 2024. Disponível em: <https://www.ecgi.global/publications/working-papers/corporate-governance-in-an-era-of-geoeconomics>

⁹⁷ WIGELL, Mikael, et al. Navigating geoeconomic risks: towards an international business risk and resilience monitor. **Finnish Institute of International Affairs**, November 2022, p. 30-31. Disponível em: <https://www.fia.fi/en/publication/navigating-geoeconomic-risks>

A expressão “reações geoeconômica em cadeia” é utilizada por Mikael Wigell e co-autores para denominar as dinâmicas desencadeadas pela ascensão da China e as respostas dos EUA.

passam a se orientar sob a palavra de ordem da “mitigação de riscos” (*de-risking*)⁹⁸, *nearshoring* ou *reshoring*, adaptando-se a um ambiente global desestabilizado e volátil.

Os grandes mantras da ordem liberal internacional baseados em regras pré-definidas de “livre mercado”, bem como a crença da “grande convergência”⁹⁹ estão sendo contestadas. Nos últimos anos, testemunham-se inúmeros exemplos de investidas de Estados em diferentes tipos de associações com empresas, agora sob formas mais flexíveis e mutantes.

Trata-se de um novo mundo de “clubes e cercas”, na expressão proposta pelo escritório de advocacia *White&Case* em sua atuação global¹⁰⁰. É necessário um novo modelo conceitual para se entender como os desenvolvimentos legais e regulatórios ao redor do mundo estão remodelando a interconectividade global, com base em transformações em diferentes áreas regulatórias: comércio, triagem de investimentos, tributação internacional, concorrência, privacidade de dados, sanções e regulação financeira. No lugar dos fluxos transfronteiriços relativamente abertos para bens, serviços, capital, pessoas e dados que caracterizaram as últimas quatro décadas de globalização, “clubes” se formam quando países harmonizam suas regulamentações, facilitando a atividade empresarial entre eles. Concomitante à formação de “clubes”, barreiras regulatórias – as “cercas” – são impostas, retardando ou bloqueando a atividade empresarial entre países que competem estratégica ou ideologicamente.

A geopolítica e a rivalidade entre Estados, para muitos autores, nada tem de novo. O que é novo, no entanto, é o surgimento da rivalidade entre grandes potências em um mundo altamente interconectado. O poder militar continua relevante, mas a competição econômica e tecnológica torna-se o principal campo de batalha. O que se denomina “nova ordem geoeconômica” pressupõe um papel diferente para os Estados que, agora, devem promover, restringir ou bloquear as ações de empresas nacionais e transnacionais com o fim de aumentar seu poder em relação a rivais geopolíticos¹⁰¹.

A grande questão é a de como a Geoeconomia afeta as empresas nessa nova ordem geoeconômica global. Passo além, como esse modo de interação entre Estados e mercado interfere na organização interna das empresas e nas suas relações com os demais *stakeholders*.

⁹⁸ Enquanto os Estados Unidos utilizam o termo “de-risking”, os chineses empregam “self-reliance”.

⁹⁹ BALDWIN, RICHARD. **The Great Convergence. Information Technology and the New Globalization**. Harvard University Press, 2019. ISBN 9780674237841; MILANOVIC, Branco. **The Great Convergence. Global Equality and Its Discontents**. **Foreign affairs**. July/August 2023. <https://www.foreignaffairs.com/world/great-convergence-equality-branko-milanovic>. Em um sentido amplo, a ideia de Grande Convergência, conforme articulada por Richard Baldwin e Branko Milanović, refere-se à mudança na economia global caracterizada pelo rápido crescimento econômico e pela crescente prosperidade dos países em desenvolvimento, particularmente na Ásia, durante o liberal século XX.

¹⁰⁰ **White and Case**, A World of Clubs and Fences: Changing Regulation and the Remaking of Globalization (March 2023), <https://www.whitecase.com/insight-our-thinking/global-clubs-fences>.

¹⁰¹ MILHAUPT, Curtis J. Corporate Governance in an Era of Geoeconomics. **ECGI Working Papers Series in Law**. July 8, 2024, p. 2. Disponível em: <https://www.ecgi.global/publications/working-papers/corporate-governance-in-an-era-of-geoeconomics>

. “Because Geoeconomics requires leveraging, curtailing or blocking the actions of profit-oriented enterprises to increase state power vis-a-vis geopolitical rivals, it places corporations in a role for which they are unaccustomed and organizationally not well suited.” (tradução livre).

4.2. Como a geoeconomia afeta as empresas

Segundo Milhaupt, professor de Stanford, a governança corporativa precisa de maior engajamento com a era da geoeconomia. Em sua opinião, a literatura acadêmica em governança corporativa ainda está presa à crença de um mundo globalizado e um contexto econômico em que empresas e capitais fluem livremente em busca de melhores custos e oportunidades. Torna-se necessário compreender as mudanças que essa nova era pode trazer ao ambiente jurídico e político da governança corporativa.

No novo contexto internacional, as empresas e seus acionistas estão cada vez mais pressionados a “escolher lados” ou a equilibrar-se de forma desconfortável entre eles. As forças que antes unificavam os mercados globais, a exemplo do sistema multilateral de comércio, estruturado na Organização Mundial do Comércio (OMC) e seu princípio basilar de reciprocidade, enfrentam um acelerado enfraquecimento, com escassas possibilidades de reversão¹⁰². Em quase todas as dimensões da arquitetura econômica e financeira mundial observam-se sinais de fragmentação, como o comércio, investimentos, privacidade de dados, transferência de tecnologia e aquisições transfronteiriças.

Nos Estados Unidos, desde o primeiro governo Trump, e reforçado na administração Biden, cresce a fiscalização dos investimentos chineses que entram no país e os que saem para a China, envolvendo principalmente os setores de semicondutores e microeletrônica, tecnologias de informação quântica e inteligência artificial. Do mesmo modo, o país vem bloqueando o acesso da China a tecnologias avançadas, por meio de sanções e controles à exportação.

As principais potências, como Estados Unidos, China e União Europeia, em anos recentes, vêm reorientando suas políticas comerciais, industriais, de segurança e tecnológicas pelos novos vetores da geoeconomia e impactando as estratégias das grandes empresas.

O Brasil não é exceção e navega em águas turbulentas de um mundo de fragmentação geoeconômica e blocos comerciais liderados pela China e pelos EUA. No âmbito do comércio, em um primeiro momento, a crescente imposição de barreiras entre os dois grandes blocos poderia ser oportuna a países não alinhados como Brasil e Índia já que aumenta o custo do comércio entre os dois blocos¹⁰³. Estados Unidos e China precisam procurar alternativas de comércio e de produção, oferecendo oportunidades para países emergentes que podem suprir mercados nos quais não seriam tão competitivos.

No entanto, a opção de permanecer “não-alinhado” torna-se cada vez mais difícil. De acordo com novas análises sustentadas na geoeconomia, em algum momento os países

¹⁰² Curtis Milhaupt menciona passagem interessante sobre uma das poucas vozes dissonantes da literatura de convergência em governança corporativa, Jeff Gordon, em que ele apontava a OMC como emblemática da busca por regimes multilaterais baseados nos “princípios de mutualidade e reciprocidade”, levantando a hipótese de que a convergência para o capitalismo de acionistas do “modelo anglo-americano de propriedade pública e mercados de ações fortes,” poderia reduzir a ameaça do nacionalismo econômico, minimizando o papel do Estado na economia. Porém, a invocação da OMC mostrou-se mais um exemplo do otimismo de curta duração refletido nos estudos sobre governança corporativa.

¹⁰³ MOREIRA, Assis. Cenários para UE e Brasil na fragmentação global. **Valor econômico**, 07/12/2023. <https://valor.globo.com/brasil/coluna/cenarios-para-ue-e-brasil-na-fragmentacao-global.html>.

terão que “escolher um lado”¹⁰⁴. Essas políticas, certamente terão impactos importantes para as empresas.

No universo corporativo, a análise de “risco geopolítico”, segundo a opinião de diversos CEOs entrevistados pelo Grupo Eurásia, tornou-se uma prioridade. De acordo com a pesquisa, nas empresas globais de hoje, o CEO passa a desempenhar o papel de Diretor Geopolítico (*Chief Geopolitical Officer*)¹⁰⁵. Empresas em várias partes do mundo buscam aumentar sua percepção geopolítica, contratando ex-diplomatas, ex-funcionários de setores-chave dos governos e ex-militares que vem desempenhando funções estratégicas para seus conselhos de administração. No Relatório do Fórum Econômico Mundial de 2023 sobre riscos globais, a confrontação geoeconômica entre países aparece como a terceira causa mais severa no curto prazo¹⁰⁶. Em uma pesquisa mais recente com 500 investidores institucionais, a geopolítica foi classificada como o principal risco para a economia global e os mercados em 2024¹⁰⁷. No Japão, algumas empresas estabeleceram um Comitê de Risco Global¹⁰⁸.

Contudo, as empresas não são meramente passivas e reativas ao risco geopolítico. À medida que os governos recorrem a restrições econômicas e a políticas industriais para alcançar objetivos geopolíticos, as corporações têm se tornado tanto alvos quanto instrumentos da política externa¹⁰⁹. Uma das características da ordem geoeconômica que se desenha é o papel significativo que as empresas desempenham também como atores geopolíticos.

Do mesmo modo que as empresas foram convocadas a exercer papel relevante no cenário sociopolítico atual, marcado pela preocupação com questões ambientais, sociais e de governança (denominada “agenda ESG” - *Environment, Social, Corporate Governance*), agora, na nova ordem geoeconômica, as empresas também são chamadas a internalizar as externalidades de suas operações e a se tornarem parceiras do governo no alcance de objetivos que vão além do escopo comercial tradicional do setor privado. No ambiente regulatório da atividade corporativa, já se fala, portanto, na “agenda ESG + G”¹¹⁰.

Porém, a parceria entre governos e empresas podem conter riscos, uma vez que os interesses ora convergem, ora divergem, e as relações podem se tensionar. Interesses de

¹⁰⁴ BAUR, Andreas; DORN, Florian; FLACH, Lisandra; FUEST, Clemens. Econpol Policy Report 44, IFO INSTITUTE, Novembro 2023. Rethinking Geoeconomics: Trade Policy Scenarios for Europe’s Economy. Disponível em: https://www.cesifo.org/DocDL/EconPol_Policy_Report_44-Rethinking_Geoeconomics.pdf.

¹⁰⁵ EURASIA GROUP & KPMG. The CEO as Chief Geopolitical Officer, 2019. Disponível em: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/xx/pdf/2018/03/the-ceo-as-chief-geopolitical-officer.pdf>

¹⁰⁶ WORLD ECONOMIC FORUM, The global risks report 11. 2023. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2023.pdf.

¹⁰⁷ MISCIK, Jami; ORSZAG, Peter; BUNZEL, Theodore Geopolitics in the C-Suite. More Than Ever, U.S. Foreign Policy Depends on Corporations—and Vice Versa. FOREIGN AFFAIRS, March 11, 2024. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/geopolitics-c-suite>.

¹⁰⁸ FINANCIAL TIMES,. Companies on the Hunt for Geopolitical Advice as Tensions Rise. Oct. 16, 2023. Disponível em: <https://www.ft.com/content/608a43e2-710c-4918-84d6-e0d75511918e>.

¹⁰⁹ MISCIK, Jami; ORSZAG, Peter; BUNZEL, Theodore Geopolitics in the C-Suite. More Than Ever, U.S. Foreign Policy Depends on Corporations—and Vice Versa. FOREIGN AFFAIRS, March 11, 2024. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/geopolitics-c-suite>.

¹¹⁰ MILHAUPT, Curtis J. Corporate Governance in an Era of Geoeconomics. ECGI Working Papers Series in Law. July 8, 2024, p. 16. Disponível em: <https://www.ecgi.global/publications/working-papers/corporate-governance-in-an-era-of-geoeconomics>

segurança nacional do governo e interesses voltados ao lucro de acionistas e executivos acabam se sobrepondo sempre que o cumprimento das políticas de segurança nacional reduz os riscos comerciais e expande as oportunidades para o setor privado. O objetivo comum é o contribuir para a manutenção de uma ordem econômica internacional baseada em regras. Porém, os interesses do governo podem se contrapor aos de acionistas e de executivos quando internalizam riscos de segurança nacional, impondo maiores custos, incluindo restrições ao comércio e aos investimentos considerados pelo governo como ameaças à segurança nacional.

Por fim, uma nova linha se desenha no relacionamento entre os governos e as empresas na era da geoeconomia. Do mesmo modo que o governo passa a interferir mais na economia, também depende mais fortemente do setor privado para desenvolver e implementar as políticas de segurança nacional. Nesse relacionamento, o governo tem posição de desvantagem informacional em relação ao setor privado. Novas configurações de “lobby”, nos países em que já é regulado, e de relações governamentais e institucionais em geral, terão que ser desenvolvidas.

Em síntese, na nova ordem geoeconômica, as empresas estão também na linha de frente da diplomacia dos governos. Estudos empíricos mais recentes, que analisam dados e fluxos de investimentos no nível das empresas, têm demonstrado que os movimentos de “*nearshoring*”, “*reshoring*”, “desacoplamento” ou “redução de riscos”, apesar de dominarem os debates em torno da reestruturação corporativa em um mundo geoeconômico, sugerem que as corporações não perderam poder para os Estados¹¹¹. Diversamente, o poder corporativo e estatal se transforma lentamente, e uma lente geoeconômica pode ajudar a rastrear essas mudanças. Linsi e Gristwood (2024) até se questionam se a reação anti-globalização não estaria refletindo na reorganização corporativa real¹¹². Em seus dados empíricos, atores corporativos parecem estar repensando e reconfigurando seus investimentos transfronteiriços, e criando “novas formas de internacionalização ao invés do proclamado fim da globalização”.

4.3 O papel ativo das empresas na Geoeconomia

No mundo pós-Guerra Fria, com a globalização em marcha, a ideia de que os interesses nacionais poderiam estar em desacordo com os interesses de abertura dos mercados e da expansão do comércio seria considerada estranha às empresas. No mundo atual, como a desglobalização (ou a reglobalização), a regionalização das cadeias de valor a partir de fatores geopolíticos e de políticas de protecionismo assumiram papel de destaque na vida das empresas.

Na nova ordem econômica, a geoeconomia tem cada vez mais orientado as decisões empresariais, suas estratégias, decisões de investimentos e escolha de parceiros comerciais internacionais. Os objetivos tradicionais das empresas de maximizar lucros e remunerar da melhor forma possível seus acionistas e investidores em geral podem agora serem colocados em questão. No entanto, para que as empresas possam cumprir tais

¹¹¹ BABIC, Milan; GRAFF, Nanna; LINSI, Lukas; WEINHARDT, Clara Weinhardt. The Geoeconomic Turn in International Trade, Investment, and Technology. **Politics and Governance**, 2024, v.12, <https://doi.org/10.17645/pag.903>

¹¹² LINSI, Lukas; GRISTWOOD, Ellie. The Myth of Deglobalization: Multinational Corporations in an Era of Growing Geopolitical Rivalries. **Politics and Governance**, 2024, v.12, <https://doi.org/10.17645/pag.903>.

propósitos, precisam considerar outras questões e prioridades por parte da sociedade e dos Estados em que desenvolvem seus negócios.

Diante dos desafios climáticos, no contexto atual, investidores, clientes e consumidores valorizam cada vez mais empresas que contribuem positivamente para a melhoria do meio ambiente, da sociedade, da governança, o que se levou a criação de toda uma área nas empresas responsável pelas exigências dos critérios ESG (*Environment, Social, Corporate Governance*).

Da mesma forma, países têm colocado seus interesses políticos acima dos interesses econômicos de incrementar o comércio a partir de suas vantagens comparativas, ou seguir a lógica de atração de investimentos como base para o desenvolvimento. Para além das preocupações com meio ambiente e direitos humanos, os governos passam a impor também sanções econômicas para forçar terceiros (países, empresas, indivíduos) a mudarem de postura, por meio do controle do comércio internacional de determinados insumos tidos como “estratégicos”. Passam, também, a controlar o fluxo de investimentos em setores específicos. O objetivo é o de evitar eventuais ingerências indevidas e a prevalência de interesses políticos de terceiros países, reduzindo a dependência econômica.

A estratégia será bem-sucedida se governo e setor privado estiverem alinhados. Mas os impactos para as empresas podem ser significativos, como nos casos de fabricantes de armamentos que precisam deixar de vender para países rivais, ou para os desenvolvedores de *software* que devem abster-se de trabalhar em conjunto com empresas estrangeiras sem a aprovação governamental, ou o caso das multinacionais que devem adotar critérios geopolíticos no momento de selecionar seus fornecedores, ou além, como no caso das universidades que devem priorizar critérios políticos no momento de admitir estudantes e professores estrangeiros. Enfim, transações economicamente viáveis são questionadas por “outros valores”, resultando em menor eficiência e em menos lucro, o que recai sobre as empresas.

Com a nova ordem econômica, passa a ser estratégico para as empresas participarem, em diversas formas, das discussões e decisões políticas que envolvam questões geopolíticas nos países onde atuam. As funções dos dirigentes são ampliadas, de modo a permitir que a empresa que administrem não sejam meros expectadores dos avanços geopolíticos dos Estados e que possam impactar suas atividades, antevendo eventuais problemas, adiantando soluções, ajustando o negócio às necessidades geopolíticas, e moldando, sempre que possível, a geopolítica às prioridades da empresa¹¹³.

Vale observar, no momento presente, como a geoeconomia se integra na estratégia empresarial de forma mais proativa por parte das empresas. Esta integração pode se dar de duas maneiras: pela análise de risco geopolítico ou geoeconômico, por meio da qual a

¹¹³ Jami Miscik, Peter Orszag e Theodore Bunzel bem colocam que mesmo nos EUA, onde tradicionalmente questões de segurança nacional e política externa tem reflexos na vida corporativa, “*until very recently, few executives concerned themselves with geopolitics.*” Vide MISCIK, Jami; ORSZAG, Peter; BUNZEL, Theodore *Geopolitics in the C-Suite. More Than Ever, U.S. Foreign Policy Depends on Corporations—and Vice Versa. FOREIGN AFFAIRS*, March 11, 2024, p. 3. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/geopolitics-c-suite>.

empresa quantifica os riscos envolvidos nas suas atividades, e pela participação ativa no desenvolvimento de políticas industriais com impacto regulatório nas suas atividades.

A avaliação dos riscos geopolíticos ou geoeconômicos está cada vez mais presente no dia a dia das empresas. Em grande medida, trata-se de avaliar a exposição dos negócios da empresa aos riscos predominantemente impostos por terceiros países ou pelo próprio governo em resposta a alterações de terceiros. Grande parte dos riscos estão associados a medidas de comércio internacional. Mais recentemente, surgem as sanções impostas por terceiros países, destacando-se os EUA e a União Europeia, com efeitos que podem atingir empresas em diferentes países.

Riscos associados a instrumentos geoeconômicos

Vale ressaltar como as medidas geoeconômicas podem atingir as atividades das empresas, tanto na área comercial como via a imposição de sanções econômica.

- Riscos comerciais

Instrumento relevante para as atividades corporativas são alterações bruscas nas regras do comércio internacional do país. Alguns exemplos são clássicos:

- . elevações de tarifas que podem incorrer em altos custos de produção.
- . modificações em regras de conteúdo local ou de regras de origem que passam a exigir a busca de novos fornecedores.
- . políticas de subsídios agressivos para o desenvolvimento de setores específicos que afetam estratégias de exportação ou importação das empresas.
- . restrições a exportação ou a importação de insumos ou componentes que passam a alterar a estrutura de custos da empresa.
- . modificações na especificação de padrões técnicos ou ambientais que podem afetar a viabilidade de exportações

- Sanções

No caso de sanções, alguns pontos merecem destaque.

- Primeiro, deve ser ressaltado que as empresas estão sujeitas à legislação do país onde estão estabelecidas. No caso de sanções impostas pelos Estados Unidos, as subsidiárias, bancos e operadores logísticos e alguns indivíduos, estão também sujeitos às penalidades legais impostas pelos EUA caso infringam uma sanção adotada.
- Segundo, outras empresas, apesar de não estarem sujeitas à legislação do país sancionador, podem se ver obrigadas a seguir tais sanções por força de disposições contratuais, com bancos, clientes ou fornecedores. Nesses casos, não há que se falar nas penalidades previstas em lei, mas sim em violação sujeita a penalidades previstas no contrato, ou a *cross defaults* de contratos.
- Terceiro, os efeitos das sanções sobre empresas dizem respeito às questões operacionais próprias do comércio exterior. Nos casos em que a empresa não esteja sujeita à legislação estrangeira, ou vinculada por contrato, acaba encontrando obstáculos às vezes intransponíveis para realizar operações de compra e venda com países sujeitos a sanções impostas por terceiros, tais como dificuldade de encontrar bancos que financiem a operação, navios que transportem mercadorias ou insumos, ou seguradoras dispostas a emitir apólices de seguro, dentre outros.

- Quarto, muitas empresas podem ser levadas a seguir as sanções impostas por terceiros países por razões reputacionais, para não serem vistas no mercado internacional como “financiadoras de uma guerra” ou como “aliadas de um autocrata”. O cumprimento das sanções econômicas internacionais assume, assim, o status de boas práticas de mercado.

Aspectos a serem examinados na análise de risco

A análise de risco geopolítico ou geoeconômico do ponto de vista jurídico, pode se dar em diversas etapas e deve considerar o produto, o fornecedor, o cliente e quaisquer intermediários. Vale lembrar que:

- a eventual aplicação extraterritorial de legislação estrangeira depende da estrutura societária da empresa, do negócio e das suas atividades internacionais;
- a responsabilização contratual envolve a avaliação dos contratos de que a empresa faz parte, com fornecedores, clientes, bancos, governos, seguradores, empresas do setor logístico;
- questões reputacionais devem ser endereçadas nas políticas internas da empresa;
- questões operacionais dependem de uma avaliação de risco junto aos prestadores de serviços logísticos envolvidos na operação.

A cobertura da avaliação de risco geoeconômico ou geopolítico deve ser ampla, identificando a existência de questões comerciais, sanções, embargos ou outras restrições aplicáveis ao país, a empresas ou indivíduos e ao produto em questão. O risco deve ser avaliado antes de a empresa realizar o negócio, e deve estender-se também aos serviços e tecnologias relacionadas ao produto em questão.

Em síntese, a nova ordem geopolítica e geoeconômica vem impondo à alta direção das empresas a necessidade de se criar toda uma área de administração, como foi ocasionado pelas questões ambientais, agora dedicada às alterações de políticas e regulações do país das atividades ou de mercado das empresas.

No caso do Brasil, que não é um grande *player* no jogo global, diante da nova ordem geoeconômica, vale constatar que os maiores impactos sobre as empresas podem ser encontrados nas atividades de exportação e de importação, e como receptor de investimentos. Sendo assim, as empresas brasileiras serão incentivadas a ocupar maiores espaços nas discussões e implementação de políticas industriais e de comércio internacional.

Assim, como nos casos ligados ao meio ambiente, o interesse das empresas por lucro foi adaptado para se aliar a valores e anseios da Sociedade. Agora, a avaliação dos riscos geopolíticos e geoeconômicos vai permitir a participação das empresas na elaboração de políticas industriais que resultem no equilíbrio entre as atividades econômicas e os anseios governamentais internacionais.

4.4 Casos de riscos geopolíticos e geoeconômicos enfrentados pelas empresas

Duas áreas se destacam na análise do impacto da ordem geoeconômica nas atividades das empresas. São elas: mudanças climáticas e inovações tecnológicas.

Mudanças Climáticas e transição para economias verdes

A transição para economias verdes e as mudanças climáticas são fontes crescentes de riscos e oportunidades para empresas ao redor do mundo. No contexto de riscos geopolíticos e geoeconômicos, a energia e matérias-primas desempenham papéis críticos na configuração das relações entre países e no impacto direto nas estratégias empresariais. Para entender como esses fatores afetam as empresas, é essencial explorar a geoeconomia da energia e das matérias-primas, o papel do petróleo, gás natural e energias renováveis nas relações globais, e o impacto das matérias-primas e suprimentos estratégicos.

A geoeconomia da energia e matérias-primas refere-se à interação entre os recursos naturais, as políticas de Estado e as forças de mercado que moldam a distribuição e o controle desses recursos a nível global. Esses elementos afetam a política externa e as decisões econômicas de Estados e empresas, resultando em riscos substanciais para corporações multinacionais.

Países que controlam fontes significativas de energia, como petróleo, gás natural ou minerais estratégicos, frequentemente usam esses recursos como instrumentos de influência geopolítica. Isso pode ser visto na política energética da Rússia em relação à Europa, onde o gás natural foi utilizado como uma alavanca para pressionar politicamente países como a Ucrânia, conforme discutido por Robert Blackwill e Jennifer Harris em *War by Other Means*¹¹⁴. Empresas dependentes dessas cadeias de suprimento podem ser impactadas diretamente por embargos, cortes de fornecimento ou sanções impostas a países exportadores de energia.

Com a crescente pressão por sustentabilidade, governos ao redor do mundo estão implementando políticas de descarbonização, alterando drasticamente o panorama da geoeconomia da energia. Empresas no setor de petróleo e gás enfrentam riscos crescentes, uma vez que a demanda por fontes de energia renováveis, como solar e eólica, cresce, enquanto políticas de "impostos sobre o carbono" ou restrições regulatórias sobre emissões de CO₂ afetam diretamente os modelos de negócio baseados em combustíveis fósseis. A transição para uma economia verde, por sua vez, cria oportunidades para empresas que operam ou investem em energias renováveis.

O petróleo e o gás natural ainda são essenciais na matriz energética global, mas as energias renováveis estão ganhando espaço rapidamente. Este movimento cria um realinhamento nas relações geoeconômicas globais, impactando estratégias corporativas e aumentando os riscos para as empresas envolvidas tanto nos setores de energia fóssil quanto no de energias limpas.

Países ricos em recursos fósseis, como Arábia Saudita e Rússia, continuam a usar o petróleo e o gás natural como ferramentas de sua política externa. Como destacado por Blackwill e Harris, esses recursos são frequentemente usados para influenciar decisões políticas em outros países, oferecendo energia barata como recompensa ou cortando o fornecimento para pressionar governos a se alinharem a certos interesses geopolíticos. As empresas que dependem de fornecimento de petróleo ou gás natural de países geopoliticamente instáveis enfrentam riscos significativos. Sanções, mudanças políticas

¹¹⁴ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**. Cambridge: Harvard University Press, 2016

ou conflitos podem interromper o acesso a esses recursos, resultando em perdas financeiras e operacionais.

A ascensão das energias renováveis está remodelando o campo das relações geoeconômicas. Países como a China, que domina a produção de painéis solares, baterias e outras tecnologias verdes, estão emergindo como líderes globais na nova geoeconomia verde. Controlar a produção de tecnologias essenciais para a transição verde confere um novo tipo de poder estratégico. Empresas que estão na vanguarda da adoção dessas tecnologias têm uma oportunidade de crescimento, mas enfrentam a pressão da concorrência em um mercado global altamente dinâmico.

A dependência de matérias-primas estratégicas, como minerais raros e metais usados em tecnologias de energia limpa, criam um conjunto de desafios e oportunidades geoeconômicas. O controle dessas *commodities* tornou-se essencial para os interesses geopolíticos e geoeconômicos, criando um campo de batalha econômico onde os países disputam recursos limitados e os mercados corporativos se ajustam a essa nova realidade.

A transição para energias renováveis e a transformação digital estão aumentando a demanda por minerais estratégicos, como lítio, cobalto e terras raras, necessários para a produção de baterias e equipamentos eletrônicos. A mineração desses recursos é muitas vezes concentrada em poucos países, o que cria vulnerabilidades nas cadeias de suprimento global.

A China, por exemplo, domina a produção e o refino de terras raras, o que lhe concede poder estratégico sobre os países que necessitam desses minerais para suas indústrias de tecnologia e energia verde. Esse controle coloca empresas de tecnologia, eletrônicos e automóveis elétricos em uma posição de dependência. Um possível bloqueio comercial ou redução nas exportações desses minerais pode ter um impacto significativo nas indústrias que dependem deles para a produção.

A volatilidade dos preços das *commodities* também apresenta um risco contínuo para as empresas. Flutuações nos preços de recursos como cobre, níquel, petróleo e gás natural, muitas vezes resultam de fatores geopolíticos, como conflitos ou políticas de sanções. Essas flutuações de preços afetam diretamente os custos de produção e os lucros das empresas, forçando-as a adaptar suas estratégias de negócios de acordo com as mudanças do mercado global.

A escassez de suprimentos críticos, por sua vez, pode impulsionar oportunidades de inovação e de economia circular, como a reciclagem de matérias-primas e o desenvolvimento de alternativas tecnológicas que reduzam a dependência de recursos limitados. Empresas que investem em tecnologias de reaproveitamento de materiais podem encontrar vantagens competitivas em um mercado cada vez mais volátil.

As mudanças climáticas e a transição para uma economia verde estão transformando os riscos geopolíticos e geoeconômicos enfrentados pelas empresas. A geoeconomia da energia, o papel estratégico do petróleo e do gás natural, e a crescente importância das energias renováveis geram desafios e oportunidades. A dependência de matérias-primas estratégicas, como minerais raros, também afeta diretamente as operações das empresas, tornando-as vulneráveis a flutuações de preços e políticas geopolíticas. No entanto, essas

mesmas forças oferecem oportunidades para inovação, diversificação e desenvolvimento sustentável.

Empresas que compreendem a dinâmica em torno da geoeconomia da energia e das matérias-primas estarão mais bem preparadas para navegar nesse cenário complexo e em rápida evolução, garantindo sua resiliência e competitividade no longo prazo.

Inovações tecnológicas nas estratégias empresariais

As inovações tecnológicas estão transformando as estratégias empresariais, especialmente no contexto da geoeconomia. O rápido avanço das tecnologias digitais e da cibersegurança estão mudando as formas como as empresas abordam a competição internacional e se protegem de ameaças.

Os dados se tornaram um dos ativos mais valiosos da era moderna, desempenhando um papel central nas estratégias empresariais e nas políticas geopolíticas. O termo geoeconomia de dados refere-se ao uso de dados como um recurso estratégico, tanto para empresas quanto para Estados. Blackwill e Harris enfatizam como os Estados estão cada vez mais recorrendo a ferramentas econômicas para exercer influência no cenário global, e os dados desempenham um papel essencial nessa dinâmica.

Empresas e governos estão investindo fortemente na coleta de grandes volumes de dados (*big data*) para obter *insights* valiosos que possam orientar decisões estratégicas. Esses dados, que incluem informações sobre consumidores, operações de mercado e dados sensíveis de governos, permitem que as empresas personalizem suas ofertas, melhorem a eficiência operacional e identifiquem oportunidades de crescimento. No entanto, o acesso a dados também é um elemento de competição geopolítica. Estados como a China e os EUA estão liderando esforços para dominar a infraestrutura digital global, incluindo a coleta de dados em larga escala.

Outra questão central na geoeconomia de dados é a soberania digital, o controle sobre onde e como os dados são armazenados e transferidos. Muitos países estão implementando leis de proteção de dados que visam controlar o fluxo de informações transnacionais. A União Europeia, por exemplo, com sua regulamentação do GDPR (Regulamento Geral de Proteção de Dados), estabeleceu limites rigorosos sobre como os dados dos cidadãos podem ser coletados, usados e transferidos¹¹⁵. Para as empresas, isso representa um desafio, pois elas devem equilibrar a conformidade com as leis locais e suas operações globais. Ao mesmo tempo, Estados estão cada vez mais preocupados com a proteção de suas próprias infraestruturas digitais e com o controle de dados estratégicos. Diante desse cenário, a segurança cibernética tornou-se uma prioridade estratégica tanto para empresas quanto para nações. A cibersegurança está intimamente ligada à geoeconomia, pois ataques cibernéticos podem não apenas causar danos econômicos imediatos, mas também desestabilizar a infraestrutura crítica de um país ou organização. Os ataques cibernéticos estão sendo usados como instrumentos de pressão geopolítica. Países como Rússia, China e Coreia do Norte foram acusados de realizar ataques cibernéticos contra infraestruturas de outros Estados, buscando roubar dados sensíveis ou

¹¹⁵ De forma semelhante, o Brasil implementou a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entrou em vigor em 2020, estabelecendo diretrizes rigorosas para a coleta, uso, armazenamento e transferência de dados pessoais, alinhando-se às melhores práticas internacionais e buscando garantir maior proteção à privacidade dos cidadãos.

desestabilizar seus adversários. Isso é evidenciado nos ataques contra o sistema eleitoral dos EUA em 2016 e nas constantes ameaças cibernéticas contra a União Europeia e outras democracias ocidentais¹¹⁶. Como argumentado por Blackwill e Harris, esses ataques são parte de uma estratégia geoeconômica mais ampla, onde ferramentas cibernéticas substituem as tradicionais intervenções militares para atingir objetivos políticos e econômicos.

A segurança cibernética também é necessária para proteger infraestruturas críticas como redes de energia, sistemas de transporte e comunicações. Um ataque bem-sucedido contra essas infraestruturas pode paralisar economias inteiras, como foi o caso do ataque de *ransomware* contra a Colonial Pipeline nos EUA, em 2021¹¹⁷. Empresas de infraestrutura e energia precisam investir em tecnologias avançadas de cibersegurança para proteger seus sistemas de possíveis ataques.

À medida que as empresas se tornam mais dependentes da economia digital, os riscos cibernéticos aumentam exponencialmente. Além de roubo de dados, crimes financeiros cibernéticos, como fraudes e extorsões digitais, também estão em ascensão. Empresas precisam integrar soluções robustas de segurança cibernética em suas operações, investindo em inteligência artificial para detectar ameaças, criptografia de dados e soluções de backup para mitigar os danos de eventuais invasões.

A resposta a esses desafios exige a colaboração entre empresas e governos. Muitas vezes, a responsabilidade pela segurança cibernética recai sobre as corporações, que devem garantir que seus sistemas sejam protegidos contra ataques. No entanto, os governos também estão desempenhando um papel cada vez mais ativo, criando políticas e regulamentações para garantir a segurança cibernética nacional.

Governos de todo o mundo estão introduzindo leis para garantir que as empresas adotem padrões mínimos de segurança cibernética. Nos EUA, o Departamento de Segurança Interna (DHS) e outras agências trabalham para fortalecer a infraestrutura de cibersegurança em colaboração com o setor privado¹¹⁸. Na União Europeia, a Diretiva de Segurança das Redes e da Informação (NIS Directive) impõe requisitos para que as empresas implementem medidas de segurança cibernética robustas¹¹⁹.

Para enfrentar os desafios, muitas empresas estão formando parcerias com governos e outras instituições. Essas parcerias permitem a troca de informações sobre ameaças cibernéticas e o desenvolvimento de práticas e tecnologias para mitigar os riscos.

Inovações tecnológicas, incluindo o uso estratégico de dados e as medidas de segurança cibernética, estão reformulando as estratégias empresariais em um mundo cada vez mais digital e interconectado. A geoeconomia de dados e a cibersegurança desempenham papéis centrais nesse novo cenário global, onde as fronteiras entre as esferas econômicas e geopolíticas estão se tornando mais tênues. Empresas que adotam uma abordagem

¹¹⁶ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

¹¹⁷ **New York Times**, "Cyberattack Forces a Shutdown of a Top U.S. Pipeline," publicado em 8 de maio de 2021. Ver: <https://www.nytimes.com/2021/05/08/us/politics/cyberattack-colonial-pipeline.html>

¹¹⁸ **Cybersecurity and Infrastructure Security Agency (CISA)**, "Cybersecurity Framework and Guidance,". Disponível em: <https://www.cisa.gov/> Acesso em 2024.

¹¹⁹ **European Commission**, "The NIS Directive (Directive on security of network and information systems)," . Disponível em: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en> Acesso em 2024.

proativa para proteger seus dados e infraestrutura cibernética não apenas mitigam os riscos, mas também ganham uma vantagem competitiva significativa, especialmente em um mundo onde a competição por controle digital se torna tão importante quanto o controle físico de territórios.

4.5 Geoeconomia: uma metodologia de avaliação de riscos para as empresas

Diante das incertezas criadas pela nova ordem geoeconômica e pelos altos custos gerados por mudanças súbitas de políticas e regulamentações internacionais, outra área de gestão foi incorporada as grandes empresas no âmbito do gerenciamento de risco.

O FIIA - *Finnish Institute of Foreign Affairs* em Helsinki realizou ampla pesquisa para a Comissão Europeia com o objetivo demonstrar a importância do gerenciamento de riscos geoeconômicos, bem como formas de atuação como respostas por meio de políticas do governo e de alteração de atividades das empresas. A pesquisa foi intitulada – *Navigating geoeconomic risks: towards an international business risk and resilience monitor* e foi coordenada pelos professores Mikael Wigell e Heiko Borchert. Os principais pontos são sintetizados a seguir.

Riscos geoeconômicos e atuação corporativa

Para os autores, o gerenciamento de risco corporativo ampliou seu escopo ao incluir áreas como mudanças climáticas, biodiversidade e geopolítica, além dos tradicionais tipos de risco como seguros e riscos financeiros. A evolução foi impulsionada pela necessidade de alinhar a gestão de riscos às estratégias empresariais e de atender às demandas de investidores e outras partes interessadas (*stakeholders*). Casos como os escândalos de vazamentos de petróleo, contaminação de alimentos e ruptura de barragens incentivaram as empresas à adoção de práticas mais integradas de gestão de riscos e governança.¹²⁰

A introdução do conceito de *Enterprise Risk Management* (ERM) já tinha sido formalizado por iniciativa do COSO – *Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission*, entidade privada que discute a melhoria dos relatórios financeiros por meio de princípios da ética, efetividade dos controles e governança corporativa. A iniciativa representou marco na gestão de riscos corporativos. A abordagem promoveu a identificação e o controle de riscos em todas as áreas e atividades da empresa, eliminando barreiras internas e abordando fatores internos e externos. O ERM introduziu visão ampliada, considerando categorias diversas de riscos, como operacionais, financeiros, estratégicos e de segurança. Foi criado o cargo de *Chief Risk Officer* (CRO), refletindo a necessidade de consolidar o gerenciamento de riscos como uma capacidade corporativa estratégica e como um mecanismo de prevenção. Essa mudança permitiu que as empresas controlassem perigos, bem como aproveitassem oportunidades decorrentes de uma gestão eficiente dos riscos, posicionando o gerenciamento de riscos como uma ferramenta essencial para a sustentabilidade e competitividade organizacional.

O ISO 31000 complementou o gerenciamento de riscos corporativos ao fornecer um *framework* sistemático para identificar, analisar, avaliar e tratar riscos de forma iterativa

¹²⁰ WIGELL, Mikael, et al. Navigating geoeconomic risks: towards an international business risk and resilience monitor. **Finnish Institute of International Affairs**, November 2022, p. 28. Disponível em: <https://www.fia.fi/en/publication/navigating-geoeconomic-risks>

e integrada aos processos organizacionais. Destacou a importância de compreender os riscos no contexto interno e externo da organização, considerando fatores humanos, culturais e estruturais. O processo praticado pela ISO inclui desde a identificação das ameaças e suas causas até a avaliação da relevância dos riscos em relação aos objetivos da organização, de modo a guiar a tomada de decisões estratégicas. As opções de direcionamento diante do risco variam entre evitar, aceitar, mitigar ou transferir os riscos, sempre equilibrando custos e benefícios. Essa abordagem permite que as organizações adaptem suas práticas a mudanças no ambiente de risco ao longo do tempo, fortalecendo sua resiliência e capacidade de aproveitar oportunidades mesmo em cenários incertos.¹²¹

Os autores modificaram o ERM e introduziram os riscos geoeconômicos, considera-se tanto ameaças deliberadas quanto riscos involuntários. Essa abordagem permite mapear os potenciais impactos em áreas como sociedade, meio ambiente e economia, ou seja, permite a compreensão da complexidade dos cenários de risco. Possibilita-se a formulação de respostas específicas, enquanto a categorização em domínios como segurança populacional, sustentabilidade ambiental e estabilidade econômica orienta a priorização de ações estratégicas. A flexibilidade analítica dessa estrutura permite que seja adaptada a diferentes contextos e objetivos, fornecendo um modelo robusto para estados e empresas enfrentarem os desafios geoeconômicos.¹²²

Os riscos geoeconômicos podem ser analisados tanto sob ótica de atores estatais quanto não estatais. Esses riscos apresentam desafios distintos para estados e empresas, exigindo abordagens analíticas específicas. Na perspectiva estatal, esses riscos envolvem medidas com motivações estratégicas, como subsídios industriais vinculados a políticas externas ou espionagem patrocinada pelo governo, que podem impactar a competitividade global.

Já na perspectiva corporativa, frameworks tradicionais como PESTEL (atores políticos, econômicos, sociais e tecnológicos, bem como fatores ambientais e legais) são usados para mapear fatores externos, mas não capturam totalmente a natureza híbrida das medidas geoeconômicas. Para abordar essa lacuna, os autores Wigell, Borchert *et al* propõe novo framework (PG-LESTE), que posiciona as medidas geoeconômicas como uma categoria própria, entre os fatores políticos e legais, destacando sua relevância para a análise de riscos em um ambiente global cada vez mais interconectado e competitivo.

¹²¹ WIGELL, Mikael, et al. Navigating geoeconomic risks: towards an international business risk and resilience monitor. Finnish Institute of International Affairs, November 2022, p. 30-31. Disponível em: <https://www.fia.fi/en/publication/navigating-geoeconomic-risks>

¹²² WIGELL, Mikael, et al. Navigating geoeconomic risks: towards an international business risk and resilience monitor. Finnish Institute of International Affairs, November 2022, p. 32-33. Disponível em: <https://www.fia.fi/en/publication/navigating-geoeconomic-risks>

Tabela 1: Riscos geoeconômicos a partir da perspectiva do Estado

	Riscos		Ameaças	
	Atores Estatais	Atores não estatais	Atores estatais	Atores não estatais
População e sociedade	Falha de um estado estrangeiro levando a movimentos populacionais descontrolados	Desastres naturais; grandes acidentes	Ataques armados; ameaças híbridas, como desinformação, sabotagem	Crime doméstico e transnacional, terrorismo
Meio Ambiente	Regulamentações ambientais frouxas por parte de outro estado	Degradação ambiental doméstica e transnacional, como desastres naturais e acidentes industriais	Ataques intencionais para danificar o meio ambiente natural	Descarte transfronteiriço de resíduos industriais perigosos
Economia e tecnologia	Falha de um estado estrangeiro levando a choques econômicos	Choques de oferta ou demanda internacionais impulsionados pelo mercado, como escassez de suprimentos de energia ou matérias-primas	Medidas geoeconômicas: sanções financeiras; proibições de importação; proibições de exportação; manipulação cambial patrocinada pelo estado; espionagem industrial patrocinada pelo estado	Espionagem industrial patrocinada por corporações; ataques reputacionais impulsionados pelo mercado, ataques especulativos

Fonte: WIGELL, Mikael, et al. Navigating geoeconomic risks: towards an international business risk and resilience monitor. Finnish Institute of International Affairs, November 2022, p. 33. Disponível em: <https://www.fiia.fi/en/publication/navigating-geoeconomic-risks>

Tabela 2: Tipos de riscos para as corporações

Político:	○ Políticas governamentais, liderança e mudanças; ○ Políticas de comércio exterior; ○ Questões e tendências políticas internas; ○ Política tributária; ○ Tendências de regulação e desregulação. ○
Geoeconômico:	○ Medidas governamentais direcionadas a indústrias específicas por razões estratégicas ou de segurança nacional, com o objetivo de protegê-las em nível nacional e/ou prejudicar essas indústrias em uma nação rival. ○ Medidas típicas incluem: ● Sanções financeiras; ● Proibições de importação/exportação; ● Proibições de investimento externo; ● Triagem de investimentos internos; ● Usos anticompetitivos de regulamentos de produtos ou mercados, padrões ou requisitos administrativos; ● Espionagem industrial patrocinada pelo Estado e roubo de propriedade intelectual.
Legal:	○ Saúde e segurança; ○ Igualdade de oportunidades; ○ Padrões de publicidade; ○ Direitos e leis do consumidor; ○ Rotulagem de produtos e segurança dos produtos.
Econômico:	○ Crescimento econômico; ○ Inflação e taxas de juros; ○ Crescimento do emprego e desemprego; ○ Custos trabalhistas;

	○ Impacto da globalização; ○ Renda disponível de consumidores e empresas; ○ Mudanças prováveis no ambiente econômico.
Social:	○ Demografia (idade, gênero, raça, tamanho da família); ○ Atitudes, opiniões e padrões de consumo dos consumidores; ○ Taxa de crescimento populacional e padrões de emprego; ○ Mudanças socioculturais; ○ Tendências étnicas e religiosas; ○ Padrões de vida.
Tecnológico:	○ Novas formas de produzir bens e serviços; ○ Novas formas de distribuir bens e serviços; ○ Novas formas de comunicação com mercados-alvo.
Ambiental:	○ Escassez de matérias-primas; ○ Metas de redução de poluição; ○ Fazer negócios como empresa ética e sustentável; ○ ☐ Metas de pegada de carbono.

Fonte: WIGELL, Mikael, et al. Navigating geoeconomic risks: towards an international business risk and resilience monitor. Finnish Institute of International Affairs, November 2022, p. 35. Disponível em: <https://www.fia.fi/en/publication/navigating-geoeconomic-risks>

A partir da perspectiva corporativa que passa a incluir riscos geoeconômicos, desenvolveu-se o conceito de “apetite ao risco geoeconômico” (*geoeconomic risk appetite*). O apetite ao risco geoeconômico reflete a incerteza das empresas em lidar com as complexidades das medidas geoeconômicas, tanto em seus impactos diretos quanto indiretos. Embora exista uma consciência geral sobre riscos, a falta de uma compreensão clara das consequências dessas medidas dificulta a definição de quais riscos são aceitáveis ou inaceitáveis. Essa ambiguidade é agravada pela necessidade de alinhar estratégias corporativas a um cenário global dinâmico, onde medidas como proibições de exportação ou reorganização de cadeias de suprimentos podem alterar significativamente os modelos de negócios. Assim, o estabelecimento de um nível de “apetite ao risco geoeconômico” explícito exige que as empresas desenvolvam ferramentas e metodologias mais robustas para analisar e integrar esses riscos em suas decisões estratégicas.¹²³

Outro conceito relacionado aos riscos geoeconômicos é o de diversificação geográfica de fornecedores, mercados e tecnologias como uma estratégia para mitigar riscos. No entanto, sua implementação enfrenta barreiras significativas. Conflitos internacionais e questões de segurança no fornecimento global impulsionam a necessidade dessa estratégia ao mesmo tempo em que dificultam sua realização no curto prazo. Há setores, como petróleo e gás, que possuem menos alternativas viáveis para diversificação, aumentando sua vulnerabilidade. Governos enfrentam o desafio de promover a diversificação sem gerar ineficiências econômicas de longo prazo e de garantir que essas medidas de apoio estatal estejam alinhadas com os compromissos da Organização Mundial do Comércio (OMC).¹²⁴

Na tabela a seguir, a pesquisa revelou alguns riscos geoeconômicos que podem ser enfrentados por corporações em diferentes setores:

¹²³ WIGELL, Mikael, et al. Navigating geoeconomic risks: towards an international business risk and resilience monitor. Finnish Institute of International Affairs, November 2022, p. 45. Disponível em: <https://www.fia.fi/en/publication/navigating-geoeconomic-risks>

¹²⁴ WIGELL, Mikael, et al. Navigating geoeconomic risks: towards an international business risk and resilience monitor. Finnish Institute of International Affairs, November 2022, p. 46. Disponível em: <https://www.fia.fi/en/publication/navigating-geoeconomic-risks>

Tabela 3: Relação entre setores e riscos geoeconômicos

Setor	Possíveis riscos geoeconômicos
Eletrônicos	China Sanções Guerra contra Taiwan Riscos de taxa de câmbio Inflação
Mobilidade	Guerra Inflação Segurança na cadeia de suprimentos e falta de suprimentos críticos Covid-19
Telecomunicações	Sanções contra países que são críticos como mercados a serem atendidos e provedores de tecnologia e produtos Sanções contra fornecedores de tecnologia Interrupções na cadeia de suprimentos e terceirização Questões geopolíticas Riscos regulatórios Anticorrupção Regulamentação comercial Impostos Segurança nacional Lei da concorrência Controles de exportação Segurança cibernética
Energia	Sanções Riscos de gerenciamento de cadeia de suprimentos e inventário Riscos sazonais Direitos Humanos Sustentabilidade Riscos nas cadeias de valor Questões geopolíticas Questões macroeconômicas Desaceleração econômica global
Indústria digital	Requisitos de conteúdo local e seleção de parceiros Concorrentes cada vez mais difíceis Requisitos de soberania local Riscos da cadeia de suprimentos e estabilidade/integridade das cadeias de suprimentos Riscos naturais Escassez de especialistas em TI Riscos de preço

Fonte: WIGELL, Mikael, et al. Navigating geoeconomic risks: towards an international business risk and resilience monitor. Finnish Institute of International Affairs, November 2022, p. 48-50. Disponível em: <https://www.fiia.fi/en/publication/navigating-geoeconomic-risks>

A partir da pesquisa, os autores apresentam a importância de avaliação e gerenciamento de risco para estados e corporações – IBRRM – *International Business Risk and Resilience Monitor*.

Os desafios da geoeconomia passam a exigir um novo diálogo entre as corporações e o governo, com a coleta de dados, o mapeamento, identificação dos riscos e classificação em termos de relevância, impacto e forma de resposta apropriada. O desenvolvimento do IBRRM deveria incluir as seguintes atividades:

- estabelecer entendimento mútuo sobre a situação de segurança econômica e das alternativas futuras baseadas em cenários de relevância de segurança.
- fornecer informações sobre riscos atuais e prospectivos, prováveis impactos e nível de preparação para tratar com os riscos.
- melhorar o entendimento público e privado sobre o relacionamento de categoria de riscos, tendências e evolução futuras.
- elaborar listas de medidas de mitigação que possam ser adotadas em resposta aos riscos
- criar repositório de informações e dados nacionais e internacionais que facilite acesso a informações relevantes.

A partir dessas informações:

- criar mapas de risco por setor e categoria de risco, avaliação de danos e custos possíveis.
- desenvolver um identificador (*tracker*) de riscos que permita a consolidação de ações de contramedidas tomadas em nível nacional e internacional.
- elaborar análise de avaliação de risco com as consequências econômicas das decisões políticas tomadas por empresas.

Em síntese, a nova ordem geoeconômica apresenta riscos e oportunidades que exigem posturas mais ativas de integrantes das corporações e dos governos.

4.6 Conclusões

A fragmentação econômica e tecnológica causada pela rivalidade entre potências como EUA e China força as empresas a ampliarem suas áreas de atenção para incorporarem a análise de risco geopolítico e geoeconômico em suas operações, considerando aspectos de barreiras comerciais, controles de exportação e sanções econômicas. Nesse contexto, o conceito de "clubes e cercas" exemplifica como as alianças regulatórias favorecem alguns países enquanto impõem obstáculos a outros, tornando a governança corporativa mais complexa e dependente de decisões políticas.

As inovações tecnológicas, mudanças climáticas e a transição para economias verdes criam tanto riscos quanto oportunidades para as empresas. A dependência de minerais estratégicos, dominados por poucos países como a China, aumenta a volatilidade das cadeias de suprimentos, ao mesmo tempo que as energias renováveis oferecem novas avenidas de crescimento. A segurança cibernética e a proteção de dados tornaram-se áreas críticas de atuação, com empresas e governos colaborando para enfrentar ameaças e proteger infraestruturas estratégicas. Dessa forma, as empresas que conseguem equilibrar eficiência econômica e exigências geopolíticas e geoeconômicas estarão mais bem posicionadas para garantir resiliência e competitividade no cenário global.

Em síntese, a nova ordem exige das empresas a ampliação da área de gestão, incorporando a análise de risco geopolítico e geoeconômico.

REFERÊNCIAS

BABIC, Milan; GRAFF, Nanna; LINSI, Lukas; WEINHARDT, Clara Weinhardt. The Geoeconomic Turn in International Trade, Investment, and Technology. **Politics and Governance**, 2024, v.12, <https://doi.org/10.17645/pag.903>

BALDWIN, Richard. **The Great Convergence. Information Technology and the New Globalization**. Harvard University Press, 2019. ISBN 9780674237841

BAUR, Andreas; DORN, Florian; FLACH, Lisandra; FUEST, Clemens. Econpol Policy Report 44, **IFO INSTITUTE**, Novembro 2023. Rethinking Geoeconomics: Trade Policy Scenarios for Europe's Economy. Disponível em: https://www.cesifo.org/DocDL/EconPol_Policy_Report_44-Rethinking_Geoeconomics.pdf.

BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**. Cambridge: Harvard University Press, 2016

Cybersecurity and Infrastructure Security Agency (CISA), "Cybersecurity Framework and Guidance," disponível em: <https://www.cisa.gov/>

EURASIA GROUP & KPMG. The CEO as Chief Geopolitical Officer, 2019. <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/xx/pdf/2018/03/the-ceo-as-chief-geopolitical-officer.pdf>

European Commission, "The NIS Directive (Directive on security of network and information systems)," Disponível em: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/Acesso em 2024>

FINANCIAL TIMES,. Companies on the Hunt for Geopolitical Advice as Tensions Rise. Oct. 16, 2023. Disponível em: <https://www.ft.com/content/608a43e2-710c-4918-84d6-e0d75511918e>.

LINSI, Lukas; GRISTWOOD, Ellie. The Myth of Deglobalization: Multinational Corporations in an Era of Growing Geopolitical Rivalries. **Politics and Governance**, 2024, v.12, <https://doi.org/10.17645/pag.903>.

MILANOVIC, Branco. The Great Convergence. Global Equality and Its Discontents. **Foreign affairs**. July/August 2023. <https://www.foreignaffairs.com/world/great-convergence-equality-branko-milanovic>

MILHAUPT, Curtis J. Corporate Governance in an Era of Geoeconomics. **ECGI Working Papers Series in Law**. July 8, 2024. Disponível em: <https://www.ecgi.global/publications/working-papers/corporate-governance-in-an-era-of-geoeconomics>

MISCIK, Jami; ORSZAG, Peter; BUNZEL, Theodore Geopolitics in the C-Suite. More Than Ever, U.S. Foreign Policy Depends on Corporations—and Vice Versa. **FOREIGN AFFAIRS**, March 11, 2024. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/geopolitics-c-suite>.

MOREIRA, Assis. Cenários para UE e Brasil na fragmentação global. **Valor econômico**, 07/12/2023. <https://valor.globo.com/brasil/coluna/cenarios-para-ue-e-brasil-na-fragmentacao-global.ghtml>.

New York Times, "Cyberattack Forces a Shutdown of a Top U.S. Pipeline," publicado em 8 de maio de 2021. Ver: <https://www.nytimes.com/2021/05/08/us/politics/cyberattack-colonial-pipeline.html>

White and Case, A World of Clubs and Fences: Changing Regulation and the Remaking of Globalization (March 2023), <https://www.whitecase.com/insight-our-thinking/global-clubsfences>.

WIGELL, Mikael, et al. Navigating geoeconomic risks: towards an international business risk and resilience monitor. **Finnish Institute of International Affairs**, November 2022,. Disponível em: <https://www.fia.fi/en/publication/navigating-geoeconomic-risks>

WORLD ECONOMIC FORUM, The global risks report 11. 2023. Disponível em. https://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2023.pdf.